

U. PORTO



FACULDADE DE DESPORTO
UNIVERSIDADE DO PORTO

O Desporto no Concelho de Resende
- Levantamento e Análise das instalações
e da oferta desportivas actuais, em
contexto não escolar.

Joana Andreia Vieira Almeida Severino

Porto, 2008

O Desporto no Concelho de Resende

- Levantamento e Análise das instalações e da oferta desportivas actuais, em contexto não escolar.

Monografia realizada no âmbito da disciplina de Seminário do
5º ano da licenciatura em Desporto e Educação Física, na
área de Recreação e Lazer, da Faculdade de Desporto da
Universidade do Porto

Orientador: Prof. Doutora Zélia Matos
Joana Andreia Vieira Almeida Severino

Porto, 2008

Severino, J. (2008). *O Desporto no Concelho de Resende: Levantamento e Análise das instalações e da oferta desportivas actuais, em contexto não escolar*. Porto: J. Severino. Tese de Licenciatura apresentada à Faculdade de Desporto da Universidade do Porto.

PALAVRAS CHAVE: Autarquias, Instalações Desportivas, Prática Desportiva

Agradecimentos

À Professora Doutora Zélia Matos, pela orientação, disponibilidade e apoios concedidos.

À Câmara Municipal de Resende pela disponibilidade manifestada durante a realização deste estudo, em especial ao Sr. Vereador: Eng. Fernando Jorge Teixeira e ao Sr. Presidente da Câmara Municipal: Eng. António Borges.

Ao meu primo Januário pela disponibilidade e ajuda sempre presente.

A todas as Associações Desportivas e/ou Recreativas e Culturais pela colaboração e disponibilidade demonstrada.

Aos meus pais e irmãos por toda a paciência, dedicação, incentivo, ajuda sempre presente.

Aos meus grandes amigos Sara e Jorge que me apoiaram, incentivaram neste trabalho árduo e fatigante e que, de uma forma ou de outra, me deram sempre forças para o consumir.

Um obrigado a todos os que contribuíram para o término desta etapa na minha vida.

Resumo

Conhecer a realidade desportiva de um concelho sem grandes tradições no panorama desportivo nacional é um passo importante para sustentar as decisões relativas a um desenvolvimento desportivo, que vá de encontro às reais necessidades das populações. O papel das autarquias neste âmbito tem sido realçado por vários autores e pelo edifício legislativo nacional. O presente trabalho pretende descrever o estado actual do desporto no concelho de Resende, fora do contexto escolar. Para isso foi realizado o levantamento das instalações desportivas do Concelho, das Associações Desportivas existentes e do plano de actividades desportivas oferecido pela Câmara Municipal.

Sendo um estudo de carácter predominantemente descritivo, utilizamos uma metodologia mista com análise documental e recolha de dados através de dois questionários adaptados de Calão (2003), complementada com dados fornecidos pelo Vereador responsável pela área desportiva. A classificação das instalações foi feita a partir da Tipologia definida no Decreto-Lei nº 317/97, de 25 de Novembro, que acentua a função da instalação, cruzada com a classificação usada nas Cartas de Instalações Desportivas Artificiais, elaboradas pela Secretaria de Estado do Desporto.

Os principais resultados apontam para uma reduzida diversidade da oferta desportiva, pouca oferta de actividades recreativas (englobadas no que podemos designar como Desporto para Todos) e tipologia de instalações pouco diversificada com uma implantação que não abrange toda a zona geográfica do concelho. Em suma: a) a existência de instalações essencialmente de base formativa, com uma taxa de ocupação pós horário escolar de 73%; b) as associações desportivas contribuem para esta taxa de ocupação, com uma prática desportiva que é preferencialmente federada, numa modalidade dominante – o futebol – e para o sexo masculino. No âmbito dos clubes, para o sexo feminino só existe oferta de ténis de mesa; c) A Autarquia oferece essencialmente actividades direccionadas para as crianças e jovens.

PALAVRAS CHAVE: Autarquias, Instalações Desportivas, Prática Desportiva

Abstract

With this work we intend to focus and analyse sport practice in a council without major traditions in national sports scene, in order to get data that can support a sportive development that meet real needs of all population.

This study describes sport practice in the council of Resende, outside school context. So, we defined three areas: sportive equipments and facilities, sport organizations (clubs) and the activities offered by sport activities county' plan.

As work tools we used two questionnaires, adapted from Calão (2003) which focus on sportive facilities and organizations. Additional data were directly obtained from Resende sport' department council.

We used sport equipment classification from the Decreto-Lei nº 317/97, November 25, and that one used In "Cartas de instalações desportivas artificiais" from National Sport Secretary.

The main results and conclusions are: a) sport facilities mainly reported to a formative level with an occupancy rate of 73%; b) sports associations contribute to the rate of occupancy, with a federate sport in a dominant mode (male football). For women clubs only offers table tennis; c) sport activities county' plan essentially offers activities for children and young people.

KEY WORDS: Municipal Sport; Sport Facilities, Sport Practice;

Resumé

Avec ce travail, nous avons l'intention d'analyser la pratique du sport dans une municipalité sans grandes traditions sportives dans la scène nationale, afin d'obtenir des données susceptibles d'appuyer un développement sportif qui répondent à des besoins réels de toute la population.

Cette étude décrit la pratique du sport à Resende, en dehors de l'école. Donc, nous avons défini trois domaines à analyser: équipements et installations sportifs, les organisations sportives (clubs) et les activités offertes par le plan sportif de la municipalité.

Pour cela nous avons utilisé deux questionnaires, adapté de Calão (2003) qui mettent l'accent sur les installations et les organisations sportives. D'autres données ont été obtenues directement du département rapporté au sport de la municipalité de Resende.

Pour les installations sportives nous avons utilisé la classification présentée par le Decreto-Lei n ° 317/97, Novembre 25, et aussi celle utilisée dans "Cartes installations desportivas artificiais" de Secrétaire national des sports.

Les principaux résultats et conclusions sont les suivantes: a) des installations sportives sont principalement signalées à un niveau de formation avec un taux d'occupation de 73%, b) les associations sportives contribuent fortement pour ce au taux d'occupation, en promouvant le sport fédère dans un mode dominant (football masculin). Pour les femmes les clubs ne propose que de tennis de table c) les activités sportives offertes par le plan de la municipalité sont essentiellement des activités pour les enfants et les jeunes.

MOTS - CLÉS: Municipalité ; Installations Sportifs ; Pratique Sportif

Abreviaturas

CAE – Centro de Área Educativa

CAE 1 – Código de Actividade Económica

NUTIII – Nomenclatura de Unidades Territoriais

PROARC – Technical Document Management & Control

INATEL – Instituto Nacional de Aproveitamento dos Tempos Livres

Índice Geral

1. Introdução	1
2. Enquadramento Teórico	5
2.1. Definição de conceitos	5
2.1.1. Conceito de Desporto	5
2.2. Desporto para Todos	9
2.3. O Papel do Exercício Físico na Qualidade de Vida das Pessoas	13
2.4. Autarquias e Desporto	15
2.4.1. Política Desportiva Autárquica	15
2.4.2. Desenvolvimento Desportivo Local	17
2.4.3. Parâmetros de Acção e Competências das Autarquias	19
2.4.4. Situação actual	22
2.5. Associativismo Desportivo	23
2.6. Instalações Desportivas	27
2.6.1. Classificação das Instalações Desportivas	27
2.6.1.1. Tipologia das Instalações Desportivas	27
3. Apresentação e Caracterização do Concelho de Resende	31
3.1. Enquadramento Territorial	31
3.2. Características Físicas do Concelho	35
3.2.1. Caracterização Sócio-Económica	38
3.2.2. Análise Demográfica	39
3.3. Génese e percurso do Desporto em Resende	44
3.3.1. Associativismo Desportivo	48
4. Objectivo	49
5. Metodologia	49
5.1. Método	49
5.2. Instrumentos	50
6. Apresentação e Discussão dos Resultados	53
6.1. Caracterização das Instalações Desportivas	53
6.1.1. Pavilhões	55
6.1.2. Grandes Campos	58

6.1.3. Piscinas	58
6.2. Associativismo Desportivo no Concelho	65
6.3. Plano de Actividades Promovidas pela Autarquia	73
7. Conclusões	80
8. Bibliografia	87
9. Anexos	93

Índice de Figuras

Figura nº 1 – Actividades Económicas do Concelho	38
Figura nº 2 – Habitantes do Concelho de Resende por freguesia e por área	39
Figura nº 3 – Zona geográfica do Tâmega – Percentagem da População Residente no Concelho	40
Figura nº 4 – Concelho de Resende – População Residente por Grupos Etários	41
Figura nº 5 – Desemprego no Concelho de Resende	43
Figura nº 6 – População que ocupa o Tanque Grande	61
Figura nº 7 – População que ocupa o Tanque Pequeno	61
Figura nº 8 – Número de Instalações Desportivas por Classificação	62
Figura nº 9 – Percentagem de dirigentes por Sexo	67
Figura nº 10 – Caracterização dos Associados por Sexo	69
Figura nº 11 – Instalação Desportiva Utilizada	69
Figura nº 12 – Património das Associações (sedes)	70
Figura nº 13 – Viaturas	70
Figura nº 14 – Percentagem de Atletas por Associações	72
Figura nº 15 – Número de Atletas por Sexo	72
Figura nº 16 – Percentagem de Atletas por Sexo	73

Índice de Quadros

Quadro nº 1 – Diferenciação da Cultura Desportiva Actual	8
Quadro nº 2 – Freguesias no Concelho de Resende	35
Quadro nº 3 – Desemprego do Concelho de Resende (2004)	42
Quadro nº 4 – População Activa no Concelho (2002)	43
Quadro nº 5 – Instalações Desportivas no Concelho de Resende	47
Quadro nº 6 – Horário de Ocupação Semanal – Pavilhão Municipal	55
Quadro nº 7 – Horário de Ocupação Semanal – Pavilhão Gimnodesportivo de S.M.M.	57
Quadro nº 8 – Horário de Ocupação Semanal – Pavilhão Gimnodesportivo de Anreade	58
Quadro nº 9 – Horário de Ocupação Semanal – Piscinas Municipais	60
Quadro nº 10 – Tipologia das Instalações	62
Quadro nº 11 – Área Desportiva por Instalação	63
Quadro nº 12 – Taxa total de ocupação das Instalações Desportivas	64
Quadro nº 13 – Instalações com/sem Encargos Financeiros	65
Quadro nº 14 – Data de Fundação das Colectividades	67
Quadro nº 15 – Caracterização dos Dirigentes por Sexo	67
Quadro nº 16 – Número de Sócios por Associação	68
Quadro nº 17 – Número de Atletas por Associação	70
Quadro nº 18 – Actividades/População Alvo	79

Índice de Anexos

Anexo nº1 – Ficha de Caracterização das Infra-estruturas Desportivas

Anexo nº2 – Ficha de Caracterização das Organizações Desportivas

1 – Introdução

Compreender o desporto é considerá-lo na sua multiplicidade de aspectos e procurar várias perspectivas de análise que possam contribuir para uma melhor compreensão deste fenómeno. O desporto tem implicações de várias ordens, interrelaciona-se com os níveis económico, político, ideológico, demográfico entre outros. O desporto pode ser considerado um poderoso instrumento para o desenvolvimento local, pelas ligações que estabelece com os outros subsistemas da vida social, além dos benefícios que a sua prática induz em quem a pratica.

Por exemplo, o Desporto, visto numa perspectiva de ocupação do tempo livre e do lazer, constitui uma actividade privilegiada, seleccionada e eleita por um segmento significativo da população, que o entende importante para a melhoria da sua qualidade de vida.

Associamo-nos, desse modo, a Pires (1993) quando confirma que: “O Desporto é, hoje, demasiado importante, no quadro da organização social, para ser deixado ao sabor dos mais diversos circunstancialismos, sem que exista uma ideia, uma vontade, um projecto que o oriente”. Porém, em Portugal, isto não é ainda uma realidade generalizada, tal como o confirma Moreira (2003, pp. 5-9) quando refere que “Muito embora os praticantes do desporto de lazer, os que procuram essencialmente o seu bem-estar físico, tenham vindo a aumentar nos últimos anos, o nosso país está longe do que seria desejável no âmbito da generalização da actividade desportiva.” Contudo é comum aceitar-se que existe um aumento da procura e adesão por parte das populações, tanto a nível de práticas desportivas formais como informais, assumindo assim, uma crescente importância na ocupação dos tempos livres dos cidadãos.

Este acréscimo da prática desportiva como elemento da ocupação dos tempos livres e dos hábitos de vida associados a padrões de vida saudáveis tem de ser visto no quadro geral da participação desportiva nacional. Marivoet (2001) afirma que “*Apesar de a oferta desportiva no nosso país ter crescido em*

termos qualitativos e quantitativos, a participação desportiva apresenta ainda números que devem ser alvo de preocupação.” Ainda segundo a mesma autora (Marivoet, 1998) *“para um aumento de índice de participação desportiva será necessária a criação de condições coadjuvantes no acesso à prática desportiva generalizada a todas as faixas etárias, para que, no presente e no futuro, se divulgue o gosto pelo exercício físico e pelo desporto, criando hábitos, competências e, sobretudo, prazer na sua participação.”* Marivoet refere a propósito das conclusões do seu estudo “Práticas desportivas na sociedade portuguesa” (1988 - 1998) (onde pretendeu conhecer alguns comportamentos da população face ao desporto, em termos de número de praticantes e modalidades, do perfil social dos desportistas, das razões de prática e de não prática, dos potenciais praticantes e ainda de outros indicadores como a procura não satisfeita e o interesse pelo espectáculo, a acção dos “Media” e a participação no associativismo desportivo) que em termos de escalão etário, haveria maior número de praticantes jovens, o que se compreende dado que a geração dos mais velhos não teve hábitos desportivos, provavelmente como consequência da sua curta permanência na escola.

Nesta difusão generalizada da prática desportiva entendida em sentido lato, caberá às autarquias um papel importante no desenvolvimento desportivo que complemente as ofertas do movimento associativo tradicional cujas ofertas se dirigem preferencialmente para a prática de desporto formal dos escalões etários mais jovens e organizado em competições. Sendo assim, as autarquias deverão criar melhores condições de acesso a essa prática desportiva mais alargada, não restringindo o seu apoio às associações desportivas tradicionais. Trata-se de adaptar as condições de acesso à prática desportiva à realidade actual e local, ter em conta a procura corrente dos cidadãos, que estimule e cative novas adesões para a prática regular. No fundo, criar condições que levem à fruição da prática desportiva como elemento importante da vida das pessoas.

Desta forma, as autarquias assumem um papel social fundamental e de extrema importância no âmbito desportivo nacional. Cabe-lhes assegurar o

processo de desenvolvimento desportivo, apoiando naturalmente o movimento associativo, construindo infra-estruturas e promovendo políticas que respondam às necessidades desportivas das populações, na área de vocação e intervenção do município, que sirva o máximo de população na procura de mais e melhores condições de acesso às actividades desportivas, tentando contribuir para uma melhoria do estilo de vida dessa mesma população. Tal como afirma Teixeira Homem (2002): “Torna-se pois fundamental o estabelecimento de princípios estratégicos de actuação autárquica, procedendo ao planeamento integrado do município, no âmbito do desenvolvimento, e perspectivando não apenas o seu crescimento harmonioso, mas também a melhoria da qualidade de vida das populações em geral.”

Neste trabalho, que iniciamos com a 1) Introdução procedemos ao 2) Enquadramento teórico que iniciamos com a 2.1) Definição de conceitos, a qual se subdivide numa 2.1.1) Análise do conceito de Desporto em sentido lato, no ponto 2.2) abordamos o Desporto para Todos, prosseguindo no 2.3) com uma abordagem ao Papel do Exercício Físico na Qualidade de Vida das Pessoas seguidamente relacionamos 2.4) Autarquias e Desporto, subdivido em 2.4.1) Política Desportiva Autárquica; 2.4.2) Adopção de uma Política de Desenvolvimento Desportivo Local; 2.4.3) Parâmetros de Acção das Autarquias; 2.4.4) Atribuições e Competências e 2.4.5) Situação actual. Depois efectuamos uma 2.5) abordagem Associativismo Desportivo e seguidamente 2.6) ao Tipo de Instalações Desportivas, para nos servir como orientador da classificação das instalações no Concelho de Resende, terminando com a 3) Caracterização geral do Concelho de Resende que incide na sua 3.2) Caracterização Física subdividida na 3.2.1) Caracterização Sócio-económica e na 3.2.2) Análise Demográfica; e ainda a caracterização do concelho do ponto de vista desportivo, apresentando o 3.3) percurso do Desporto no Concelho e a referência ao 3.3.1) Associativismo desportivo do mesmo.

Na segunda parte apresentamos os elementos prévios à definição da metodologia, os objectivos do nosso estudo empírico.

O Desporto no Concelho de Resende

2 – Enquadramento Teórico

2.1 – Definição de Conceito

2.1.1 - Conceito de Desporto

Ao pensarmos no fenómeno desportivo é importante possuímos uma ideia sobre o que se entende por desporto, para assim o compreendermos melhor. No entanto, actualmente não existe, do ponto de vista teórico, uma definição precisa de desporto. Ao longo da história foram várias as definições que foram surgindo, acompanhando o seu desenvolvimento.

O desporto é um conceito polissémico, devido à grande variedade de significados que possui. Contudo, apesar desta polissemia, que dificulta a possibilidade de uma definição satisfatória e nos remete para a existência e “uso” de várias definições de desporto, identificamo-nos com (Hagg 1986) quando refere que “o desporto significa um somatório das actividades físicas de natureza formal e informal, realizados em grande parte das modalidades desportivas”, entendendo, deste modo o desporto como um termo geral que inclui todos os exercícios físicos orientados pelo movimento.

No desporto actual surge-nos a necessidade de realizar uma primeira grande distinção, o “desporto prática” e o “desporto espectáculo”. Como refere Bento (1995) “o desporto perdeu o seu sentido inequívoco; à sua força simbólica tradicional acrescentou outros sentidos”, daí a pluralidade de modelos de desporto, que agradam as diferentes valorações que ligam as pessoas ao desporto”. Assim sendo, e perante a evolução tida, o desporto do futuro possuirá um compromisso social, quando se pretende que ele abranja todas as pessoas, que seja para todos, tendo responsabilidades e obrigações para com todos e com cada um.

Neste seguimento, Bento (1995) afirma que: “A “desportivização da sociedade” testemunha que o desporto influencia a vida social”. Desta forma,

podemos confirmar que o desporto foi sempre entendido como uma construção de valores disponíveis para o maior número possível de pessoas.

Foi esta desportivização da sociedade, que resultou num processo notável (quase um choque) de diferenciação interna do desporto, caracterizando-se esta diferenciação por dois desenvolvimentos opostos: por um lado a desportivização do desporto e, por outro lado a “des-desportivização” do desporto (por um lado exercícios cada vez mais desportivizados e, por outro, um desporto tradicional quase des-desportivizado) (Nebujša, 1997). A mesma autora refere que com a influência da desportivização da sociedade e a “des-desportivização” do desporto tradicional, o sistema desportivo único, que se apresentava relativamente homogéneo, se diferenciou numa cultura motora bastante heterogénea.

Desenvolveram-se sub-sistemas da cultura motora, cada qual com ocupações, ordenamentos e regras internas diferentes, para grupos distintos de praticantes que têm necessidades e expectativas diferentes.

Segundo Crum (1994) pode ser útil, a classificação heurística dos sub-sistemas desportivos que se segue, cada um resultando, de uma convenção social diferente:

- 1. Desporto de elite** – cujos motivos dominantes são: rendimento absoluto, estatuto, dinheiro. Este modelo (tipo, modo) de desporto é frequentemente comercializado e requer uma participação pelo menos (semi) profissional.
- 2. Desporto competitivo de associações (clubes)** – aqui os motivos dominantes são um cocktail de exaltação (excitação) da competição, procura de rendimento subjectivo, relaxamento e contacto social.
- 3. Desporto de recreação** – em que os motivos dominantes são: relaxamento, saúde e convívio. O desporto de recreação é oferecido em associações desportivas bem como pelas autoridades locais; muitas vezes é preparado pelo próprio, é da iniciativa do próprio praticante.

- 4. Desporto e fitness** – aqui a “physical fitness” é o motivo dominante e muitas vezes único. Este modo é quase sempre oferta comercial e também organizada por iniciativa própria (ex. jogging).
- 5. Desporto de risco e aventura** – os motivos dominantes são aventura e excitação. Normalmente é preenchido com actividades dispendiosas organizadas comercialmente tais como: alpinismo, esqui de helicóptero, rafting, ...
- 6. Desporto “Lust”** – o foco aqui é o prazer, o hedonismo. Actividades organizadas comercialmente, muitas vezes combinadas com o turismo, formam o que podemos chamar o S em inglês (sun, sea, sand, snow, speed e satisfaction). (S M A N V S literalmente traduzido para português).
- 7. Desporto “cosmético”** – aqui dá-se uma centração na aparência modelo. O narcisista body building ...

A distinção apresentada ilustra bem a definição de desporto de que partimos e que inclui todas as formas de exercício físico ou jogos que sejam orientados pelo movimento. Garante, assim, o sentido lato do conceito de desporto que consagra o seu alargamento face ao modelo tradicional e o facto de o “desporto ser aceite não só no seu significado institucional mas também na interpretação subjectiva dos praticantes” (Matos, 2004). O desporto não pode, então, ser visto apenas como um mera soma das modalidades institucionalizadas e a definição apresentada pelo European Sports Charter (1992) consagra este entendimento alargado quando define desporto como “todas as formas de actividade física, através de uma participação organizada ou casual, que visa a aptidão física (physical fitness) e bem estar mental, construir relações ou obter resultados em competições em qualquer nível”. Estamos perante um conceito lato de desporto, que lhe atribui uma compreensão abrangente.

Assim, podemos sintetizar a diferenciação da cultura desportiva actual tal como a apresentamos no quadro seguinte (Quadro nº1), sem esquecermos o desporto na Escola que se mantém como meio importante de formação.

Quadro nº1 – Diferenciação da Cultura Desportiva Actual

Sistema do Desporto Profissional	Desporto como elemento da cultura e do tempo livre	Desporto e movimento como meio de instituições sociais
		Saúde
		Integração social
		Re-socialização
		Reabilitação
Actividades - Modalidades desportivas institucionalizadas	Actividades - Modalidades desportivas institucionalizadas - Desporto informal	Actividades - Movimentos fundamentais - Modalidades desportivas institucionalizadas e desporto informal
Motivos principais - Rendimento (regulamento) - Competição - Resultados (sucesso)	Motivos principais - Modalidades desportivas - Contacto social - Rendimento (dimensão subjectiva)	Motivos principais - Saúde corporal e psico-social
Grupos - Juventude	Grupos - Todos os escalões etários	Grupos - idosos; pessoas “doentes”

Adaptado de Matos (2002)

Esta é uma leitura, relativa ao conceito de desporto que nos parece adequada ao estudo que se vai desenvolver, sendo o desporto como elemento da cultura e tempo livre que terá lugar no nosso estudo.

2.2 – Desporto para Todos

Este conceito que surgiu já à alguns anos podemos dizer que se relaciona com o Desporto como elemento da cultura e do tempo livre e Desporto e movimento como meio de instituições sociais do quadro nº1 em que apresentamos uma diferenciação da cultura desportiva actual.

O artigo 79º da Constituição da República Portuguesa institui o direito de todos à cultura física e ao desporto, e para que assim seja, incumbe ao estado em colaboração com associações e escolas e colectividades desportivas, a promoção, estímulo, orientação e apoio da prática e da difusão da cultura física e do desporto. Deparamo-nos, nesta afirmação, com as entidades do estado, onde são incluídas as autarquias locais, as quais são vistas como entidades com responsabilidades na generalização e democratização da prática do desporto a todos os munícipes, pois o Desporto, é hoje, um direito de todo o cidadão.

O desporto deve ser pensado em função da população que o pratica, no entanto somos da opinião que também devem ser proporcionadas condições para que essa mesma população o possa praticar, pois é uma realidade social que cruza as mais diversificadas áreas das actividades humanas, quer elas sejam de cariz profissional, educacional, recreacional ou relativas à saúde das populações.

Neste sentido, as autarquias, enquanto pólos de desenvolvimento económico e social, acabam por ter uma responsabilidade acrescida em todo este processo. No entanto, esta responsabilidade não é, para a grande maioria delas uma experiência nova, já que a têm vindo a exercer ao longo dos últimos anos.

Assim, segundo Carvalho, M. (2004): “as autarquias locais sendo as estruturas da administração mais próximas do quotidiano dos cidadãos surgem como entidades privilegiadas na assunção de tais obrigações no âmbito desportivo por parte do estado”.

O caminho para a concretização plena do lema “desporto para todos”, regulamentado na Carta Europeia do Desporto, não é isento de crises sucessivas. Por razões de vária ordem, como sociais, políticas, económicas e históricas, a prática desportiva alargada a todos os cidadãos tem sido, no nosso país, lenta e amorosa, na opinião de Pires (2000).

Mas será que este modelo de desporto, o qual serve esta maioria da população, será de igual modo para o desporto de rendimento? Esta questão parece-nos pertinente, pelo facto de por um lado aparecer o desporto de alto rendimento, cujos motivos se centram na performance e na superação de resultados, por outro, o exercício físico como sinónimo de dispêndio energético e elemento de um estilo de vida activo direccionado para a saúde. Segundo Bento & Constantino (2007), entre os dois, estão diferentes níveis de prática de actividade física com vista à obtenção de diferentes objectivos, e é aqui que situamos a esfera do Desporto para Todos.

Ao pensarmos no Desporto para Todos, parece-nos que a sua definição se torna clara, contudo o seu conteúdo tem sido menos evidente, nomeadamente no que diz respeito ao tipo e nível de exercício físico, tendo em conta a própria evolução deste conceito nos últimos anos.

O Desporto para Todos inclui uma diversidade de actividades e objectivos, as quais de acordo com Bento & Constantino (2007) se adequam às diferentes capacidades e objectivos de diversos segmentos da população.

No entanto, o alto rendimento não se inclui nesta diversidade de actividades, pois a este nível só tem acesso o grupo dos mais aptos, ficando assim excluído desta abrangência do Desporto para Todos.

Podemos referir o exemplo de quando vamos a um ginásio, a uma piscina ou aulas de grupos, ou mesmo andar de bicicleta e correr na rua, como sendo actividades onde existe exercício físico para melhorar a condição física, ou seja é Desporto para Todos. Neste seguimento, os mesmos autores afirmam que “A actividade desportiva, formal ou informal, insere-se na maioria dos níveis de prática em que é realizada, nos objectivos do Desporto para Todos.” Sendo o desporto uma realidade social que cruza as mais

diversificadas áreas das actividades humanas, quer elas sejam de cariz profissional, educacional, recreacional ou relativas à saúde das populações.

O desporto necessita de uma adaptabilidade para se tornar acessível a todos, pois só desta forma é que consegue responder às necessidades dos vários grupos etários existentes numa população, desde as crianças aos idosos, independentemente de qualquer condição.

E será nesta perspectiva que as autarquias locais deverão trabalhar, não só na construção de instalações desportivas, mas também permitir que toda a população tenha acesso a essas instalações onde deverão existir práticas desportivas acessíveis a toda a comunidade, contribuindo para o Desporto para Todos.

As autarquias, por si só, poderão promover, se for caso disso, iniciativas próprias, favorecendo uma onda de envolvimento e comunicação com as populações em que a mensagem da actividade física e do desporto esteja permanentemente associada à cultura do tempo livre, à manutenção da condição física, à saúde individual, à valorização da qualidade de vida e à promoção do bem estar. Contudo, esta prática terá de ir ao encontro da população existente, para que assim haja também promoção de motivação e como refere Correia (2001), “não interessa apenas produzir prática desportiva, mas sim fazer a prática que se coaduna com os interesses da população.”

Porém, Carvalho (2004) refere que ao analisarmos o nosso sistema desportivo constata-se a dificuldade em dissociarmos o desporto das estruturas autárquicas, designadamente ao nível da construção e manutenção de infra-estruturas desportivas, dos apoios às estruturas associativas, da interacção com as escolas, passando pelo empreendimento de projectos desportivos autónomos dirigidos a todos os segmentos da população.

Actualmente, as autarquias começam a criar vários programas dinamizados com o intuito de oferecer e proporcionar uma prática desportiva no âmbito não formal e informal aos seus munícipes, de modo a atingirem um segmento da população que não possui uma prática regular. Neste âmbito Lança (2003), o melhor exemplo disso são os programas desportivos para a

população alvo bem definida e com uma acção vincada na promoção e sensibilização: é o caso dos programas direccionados para a juventude ou para a terceira idade.

Assim, poderemos reflectir e afirmar que o objectivo do Desporto para Todos é incontestável e claro, pois o que se pretende é tornar uma prática desportiva acessível a toda a população independentemente de qualquer condição e como refere Moreira (2003, pp. 5-9) “ O lema do “Desporto para Todos” é um dos pilares fundamentais da política desportiva municipal que, através do Departamento de Fomento Desportivo, promove programas adequados a todas as idades, desde a Educação Física regular no 1º ciclo em todas as escolas do concelho, até à actividade física/recreativa para a 3ª idade.”

2.3 - Papel do exercício físico na qualidade de vida das pessoas

O exercício físico é um bem essencial para a qualidade de vida das pessoas. No entanto, nem todos as pessoas optam por realizar uma prática moderada e orientada, enquanto outras usam a prática desportiva como meio de ocupar os seus tempos livres, tal como refere Mota, J. (1997): “a actividade desportiva surge como potencial pólo aglutinador da utilização do tempo livre”. No entanto, essa actividade desportiva é recomendada como um meio para compensar as consequências nefastas da nossa sociedade, estabelecendo inter-relações entre o lazer, a saúde, a estética e outros, associando-se à qualidade de vida do indivíduo.

O Desporto é visto como uma das vertentes mais fortes da sociedade actual e como afirma Bento (2002) “O Desporto quer ser parte da “vida boa”, da “vida correcta”; quer e pode contribuir para a felicidade do homem, para a realização harmoniosa e racional das funções da natureza humana, quer das biológicas-naturais, quer das sócio-culturais” a prática desportiva contribui para o desenvolvimento humano, que Pires (2003) cita como “não apenas a satisfação das necessidades materiais do Homem, mas, sobretudo, a melhoria das suas condições de vida e a sua contribuição para as suas aspirações em geral”.

Sabemos que na actualidade trabalha-se menos e produz-se mais, situação que conduziu a sociedade para um novo espaço temporal, aumentando assim a parcela do tempo livre, ganhando uma diferente percepção colectiva, traduzida numa crescente importância social do seu uso e no fomento e criação de valores direccionados à qualidade de vida e ao bem-estar (Constantino, 1992). Assim foi-se verificando a diminuição de alguns valores, os quais segundo Bento (1991) são os seguintes: “disciplina, subordinação, esforço, sacrifício”, contudo, o mesmo autor refere que houve um aumento da importância de outros como a “autodeterminação, autonomia, criatividade, fruição de vida, comunicação, convívio, aventura e risco.”

Apesar da prática desportiva ter sido institucionalizada pelas classes sociais privilegiadas, com o tempo foi alargada às classes trabalhadoras e, posteriormente, generalizada à população através de programas destinados a captar público para uma prática de actividade física e desportiva regular.

O aumento do tempo livre continua a sofrer alterações, o que implicará a necessidade de novas estratégias de desenvolvimento do desporto, tanto a nível conceptual e da dinâmica dos cidadãos, como a nível do desenvolvimento social, da diversidade de cultura, dos hábitos de vida, do sedentarismo, entre outros, assim perante esta situação actual as autarquias terão que intervir neste âmbito, promovendo actividades que sejam aliciantes para a população, contribuindo deste modo, para um aumento da qualidade de vida dos seus municípios, assim como afirma Neto (1997) os Clubes, as autarquias, e as Escolas terão de repensar e, quem sabe, reinventar uma nova ordem de valores para o desporto, tendo em linha de conta as mudanças ao nível das linhas sociais.

Neste sentido, as entidades competentes deverão desenvolver e oferecer mais e melhores actividades de ocupação dos tempos livres, tendo em conta as várias faixas etárias da população, pois se alguns têm facilidades de acesso outros nem por isso.

Segundo Bento (1991): A promoção da prática desportiva e de programas de condição física, como meio de incremento da saúde e de prevenção da doença, vem sendo objecto nos últimos anos de um grande estímulo da parte dos governos de muitos países. Estas serão outras preocupações que os municípios deverão ter relativamente aos seus cidadãos e não centrar-se apenas na perspectiva lucrativa, mas sim tentar proporcionar bons momentos desportivos à população fornecendo mais meios para alcançar uma qualidade de vida superior.

E como refere Vasconcelos (2006): “É no contexto da cultura de tempo livre, que as estratégias e as Políticas Desportivas das autarquias deverão ter em consideração os vários factores de desenvolvimento desportivo e atender às diferentes áreas de prática desportiva, seja na via formal, informal ou não

formal. A reivindicação de um espaço próprio para a recreação e para a competição, para os homens ou para as mulheres, para os jovens ou para os idosos, no quadro do associativismo desportivo ou do desporto adaptado, terão que merecer da parte dos Municípios uma intervenção cada vez mais cuidada e estruturada.

2.4 - Autarquias e Desporto

2.4.1 – Papel das Autarquias

Ao debruçarmo-nos sobre o nosso mundo observamos, que este se encontra em constante mutação, tal sucede também, quando se estuda e discute um conjunto de problemas relativos ao desporto e à gestão desportiva, bem como o papel fundamental das autarquias. Sarmiento (2004) refere em concordância que: “Vivemos, nos dias de hoje, a assunção de competências e o aumento da capacidade de intervenção do poder autárquico sobre o sistema desportivo nacional.”

Perante esta afirmação, não poderíamos estar mais de acordo com o autor, pelo facto de sermos igualmente da opinião que o desenvolvimento desportivo deve ser processado a partir das autarquias, segundo características próprias que vão sucedendo ao longo da vida de cada um, de cada grupo e de cada sociedade.

Reforçando a nossa opinião citamos Carvalho, M. (1994), referindo que a questão central do envolvimento das autarquias no desenvolvimento do desporto está no corresponder às expectativas das populações, e relação à melhoria da qualidade de vida e à ocupação correcta do seu tempo livre em actividade física e desportiva, havendo a necessidade de se definirem objectivos que sejam fundamentados cientificamente, determinando as escolhas e delimitando os meios, diminuindo os riscos de uma política de acção que não se direcione às aspirações das populações e dos indivíduos, e as formas de prática que lhe são propostas.

Sabemos que o papel das autarquias locais é fundamental e a cada dia que passa mais relevante será, pois cada vez mais são entidades responsáveis pela oferta de actividades, nas quais a população tenha acesso, sendo estas estimulantes para a prática de exercício físico e como refere Constantino (1997): “o papel das autarquias continua reforçado e terá uma importância fulcral no futuro, desde que se assumam como entidades propiciadoras e estimuladoras do aumento da oferta de condições que permitam à generalidade dos cidadãos o acesso a formas qualificadas de prática desportiva.”

Assim, pensamos ser crucial o papel das autarquias em promover actividades desportivas direccionadas à população em causa, de acordo com as suas características, além de promover o acesso a essas actividades, ou seja, a missão da autarquia continua a ser criar, melhorar e aumentar as condições de acesso da população à prática do desporto.

Contudo, por vezes quem governa os municípios esquece-se de dirigir as acções para os cidadãos, pois apenas ficam atentos às suas convicções descuidando-se do que é mais relevante e como afirma Carvalho, M. (1994): “Sendo a Política Desportiva Municipal estruturada de acordo com as convicções políticas de quem governa o Município, estes nunca poderão perder de vista a necessidade de respeitar e dirigir as acções para os cidadãos.”

Pensamos que os municípios deverão cada vez mais inquietar-se com uma intervenção estruturada e organizada respondendo às necessidades da população, como por exemplo a preocupação de criar espaços próprios para a recreação e para a competição, para homens e para mulheres, jovens ou idosos, do ponto de vista do associativismo desportivo ou no desporto para a população com necessidades educativas especiais.

Neste seguimento, Fougo (2006) afirma que, “O trabalho autárquico deverá centralizar-se mais nos cidadãos e menos no espectáculo desportivo, mais no desporto ao alcance de todos e menos no desporto para alguns praticarem e outros assistirem”.

O artigo 235, nº 1, da Constituição da República Portuguesa mostra que as autarquias encontram legitimidade para a sua actuação através daquilo que define: *“pessoas colectivas territoriais de órgãos representativos, que visam a prossecução de interesses próprios das populações respectivas”*, responsáveis por zelar pelos interesses comuns e específicos das respectivas populações. De acordo com o Decreto-Lei nº 100/84, rectificado pela Lei nº 159/99, que regulamenta as atribuições e competências das autarquias, nomeadamente no tocante aos Tempos Livres e Desporto das respectivas populações, artigo 21º.

Como conclusão citamos Dias (2000, pp. 16-19): “Com o estado, as colectividades locais, as escolas e o movimento desportivo em geral, o Desporto Autárquico deve constituir o “coração” de um sistema, uma dinâmica de uma cidade ou área territorial. Não se deverá opor ao desporto na escola, ao desporto espectáculo, ao desporto organizado e a actividades lúdicas, pode e deve juntamente com “eles”, fazer com que um grande número de cidadãos, jovens ou menos jovens, possam praticar desporto seguindo a sua motivação.”

2.4.2 – Desenvolvimento Desportivo Local

Nos dias de hoje, os dirigentes dos municípios já tomaram consciência que as autarquias locais não podem ser meras estruturas repetidoras das políticas que a maioria das vezes são questionadas a nível nacional. Segundo Pereira (2000, pp. 12-20) “O papel das autarquias Locais no desenvolvimento do desporto é hoje insubstituível tal é o significado e dimensão atingidos no panorama do desenvolvimento desportivo nacional.” As autarquias terão que possuir uma visão relativamente à responsabilidade do sistema desportivo local.

Segundo Teixeira, M. (2003) são vários os pressupostos existentes para a constituição de uma política de desenvolvimento desportivo local, na concepção de um planeamento estratégico, sendo os seguintes:

- Nesta sociedade de bem-estar, o desporto é um factor crucial, enquanto propiciador da igualdade de oportunidades e de integração social;

- A prática de actividades físicas e desportivas é um factor que contribui para uma maior qualidade de vida, mas nem todas as práticas desportivas constituem um factor de qualidade;

- A actividade física e desportiva é um elemento fundamental para estimular e promover a adopção de estilos de vida activos e saudáveis, prevenindo e combatendo a inactividade e o sedentarismo.

Constantino (1994), considera que a intervenção das autarquias pressupõe a adopção de acções estratégicas, tendo em consideração as seguintes questões:

- Generalização do acesso à prática do desporto procurando aumentar os níveis de participação e frequência dos diferentes segmentos etários e sociais da população;

- Criação de infra-estruturas desportivas contribuindo para o crescimento desportivo;

- Melhoria da qualidade das actividades e práticas desportivas;

- Cooperação com a sociedade civil, designadamente o associativismo desportivo e a iniciativa privada;

- Modernização da gestão e administração das estruturas Municipais.

As autarquias possuem um grande desafio pela frente, pois devem conseguir que as suas populações adquiram um estilo de vida activo, dando ênfase ao exercício e ao desporto, sendo estes considerados como meio de valorização individual e colectiva.

Somos da opinião que o papel das autarquias é imprescindível tendo em conta o desenvolvimento desportivo no município. Sendo assim, terão que por em prática uma transferência de responsabilidades e de financiamentos para levar a cabo a sua obrigação, melhorando e aumentando as condições de acesso da população à prática desportiva, de acordo com a população existente nesse município. Pois como nos confirma Aguiar (2002, pp. 30-32) quando refere: “quem melhor que o poder político local, como filamento

terminal do aparelho do estado, para satisfazer as necessidades das populações, dado o seu contacto diário com a realidade por estas vivida.”

Da mesma forma Moreira (2003) refere que os municípios deverão ter um poder cada vez maior no desenvolvimento do desporto, uma vez que se encontram mais próximos da população, e conhecem melhor as suas necessidades desportivas.

Contudo, o esforço que as autarquias têm feito nesta área não tem sido suficiente, pois ainda existem fraquezas quando cabe a responder ao grande desenvolvimento do fenómeno desportivo. No entanto, Constantino (2002) afirma que “o desafio que se coloca, é o de conseguir que as respectivas populações adquiram um estilo de vida activo, onde o exercício e o desporto sejam considerados como um meio indispensável de valorização individual e colectiva.” Deste modo, caberá às autarquias trabalhar para cumprir o referido anteriormente, criando e aumentando a oferta de condições que permitam à generalidade da população o acesso à prática desportiva.

Segundo Pereira (2000, pp. 12-20) “ não deveremos esquecer que as autarquias locais, por si só, terão mais dificuldades em cumprir as suas missões, pelo que devem consolidar e incrementar a realização de parcerias estratégicas com vista a aumentarem a quantidade e melhorarem a qualidade das suas actividades e projectos.”

2.4.3 – Parâmetros de Acção e Competências das Autarquias

As autarquias são instituições que devem orientar as suas próprias políticas desportivas no sentido de criarem condições que favoreçam a promoção de actividades desportivas, devendo estas ser orientadas por técnicos especializados na área e também que essas actividades sejam direccionadas para a população menos desfavorecida tanto a nível económico como a nível social, havendo mais dificuldade de acessibilidade para estas populações às actividades propostas pelas autarquias e mesmo às instituições desportivas para a prática.

Assim, na opinião de Carvalho, M. (1994) a Política Desportiva Municipal deve centrar-se nos seguintes parâmetros de acção:

I. Deverá existir um relacionamento com os “agentes” desportivos locais, visando o estabelecimento proporcional das relações com os indivíduos e as instituições, por forma a racionalizar os meios e a diversificar as ofertas;

II. Será importante que haja uma análise de mercado, no sentido de diminuir o carácter “voluntarista” da acção e consolidar o ajustamento entre as decisões políticas e a realidade local;

III. Áreas de intervenção da Política Desportiva Municipal, estabelecendo relações com os outros sub-sistemas desportivos, respeitando as vocações próprias de cada um, no intuito de generalizar a oferta da prática desportiva;

IV. Definição das populações visadas pela Política Desportiva Municipal, definindo os contornos, estudando as necessidades (e a sua evolução) e elaborando propostas adaptadas a cada situação;

V. Estrutura da gestão desportiva Municipal. Como o Serviço Público é indissociável da burocratização, são indispensáveis estruturas inovadoras;

VI. Sendo os equipamentos desportivos a base material da prática, há a necessidade de um correcto tratamento, de acordo com critérios definidos em bases científicas, capazes de garantirem a rentabilidade do investimento realizado e, quando correctamente distribuídos, quer geográfica, quer demograficamente, proporcionar a prática desportiva ao maior número possível de cidadãos;

VII. Como forma descentralizada e participativa de realização de políticas desportivas e aproximação das acções às expectativas, devendo haver intervenção por parte do cidadão, na definição da Política Desportiva Municipal;

VIII. Promoção de igualdade de oportunidade de acesso através de uma política de preços dos serviços desportivos, que consiga radicar os fenómenos de marginalização e segregação social;

X. Modernização e adaptação dos clubes a uma visão pós-capitalista da sociedade, capitalizando recursos e saberes;

XI. O planeamento deve estabelecer-se de forma progressiva e consolidada, desvalorizando os ciclos políticos e valorizando a evolução sustentada do tecido social.

Perante os parâmetros de acção apresentados por Melo de Carvalho, sabemos que as autarquias maioritariamente orientam-se relativamente às políticas desportivas tentando criar condições que permitam e favoreçam a promoção de actividades desportivas orientadas. Mas para que as práticas desportivas sejam orientadas há a necessidade de técnicos especializados para as presidir, no entanto nem sempre as câmaras municipais estão equipadas da melhor forma a este nível.

Contudo existem outras opiniões relativas à forma de actuação das autarquias locais, como Pereira (2000), quando refere que a actuação das autarquias deve ser realizada ao nível do: associativismo desportivo; equipamentos desportivos; promoção de actividade física e desportiva; relacionamento com o sistema educativo; espaços de jogo e recreio; desporto profissional e espectáculo desportivo; formação, documentação, informação e novas tecnologias.

Enquanto Carlos Marta (2004), apresentou no 6º Congresso Nacional de Gestão do Desporto, a acção estratégica que adoptou na Câmara Municipal de Tondela, tendo como principais vectores: a aposta na escola, o livre associativismo, a participação directa da autarquia ao nível da construção e beneficiação de infra-estruturas desportivas, da realização de grandes eventos nacionais e internacionais e da informação de todos os que contribuem para o desenvolvimento desportivo.

Relativamente às competências e atribuições das autarquias consultamos a Lei nº 159/99, de 14 de Setembro, a qual estabelece o quadro de transferência de atribuições e competências das autarquias locais.

Desta forma, sendo registado como atribuições dos Municípios e das Freguesias o domínio dos tempos livres e desporto (respectivamente alínea f) do nº 1 do artigo 13º e alínea d) do nº 1 do artigo 14º), estabelecendo as seguintes competências dos órgãos municipais (artigo 21º):

- Planear, gerir e realizar investimentos públicos em instalações e equipamentos para a prática desportiva e recreativa de interesse municipal (alínea b) do nº 1);
- Licenciar e fiscalizar recintos de espectáculos (alínea b) do nº 2);
- Apoiar actividades desportivas e recreativas de interesse municipal (alínea b) do nº 2);
- Apoiar a construção e conservação de equipamentos desportivos e recreativos de âmbito local (alínea c) do nº 2);

As competências inerentes a cada Município no que diz respeito às suas influências no seio do desporto e do sistema desportivo têm vindo a ser alteradas ao longo das últimas décadas.

Neste seguimento, consultamos a Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5 – A/2002, de 11 de Janeiro, a qual se refere ao apoio a actividades desportivas e à construção, gestão, licenciamento e fiscalização de equipamentos desportivos, Lei que estabelece o regime jurídico do funcionamento e competências dos órgãos dos Municípios e das Freguesias.

2.4.4 – Situação Actual

Actualmente é reconhecido que as Câmaras Municipais, a nível desportivo podem desempenhar um papel de grande proficuidade para a comunidade desse município. No entanto, nem sempre as autarquias estão munidas do que é necessário para que esse papel seja desempenhado com sucesso, sendo um grande exemplo, possuírem recursos humanos suficientes e especializados na área, o que a maioria das vezes não acontece.

Já muitas foram as mudanças ocorridas a nível da actuação das autarquias relativamente ao tema em causa, contudo existem outros parâmetros de actuação descentralizando a atenção da generalidade da população, tal como refere Constantino (2002): actualmente, ainda é visível, que a generalidade das políticas desportivas são construídas tendo por alvo essencial o movimento associativo desportivo, obedecendo a lógicas

conjunturais – a da satisfação imediata das debilidades financeiras do tecido associativo, mas abandonando qualquer visão estratégica de raiz eminentemente prospectiva.

O Sistema Desportivo Português tem sido alvo de um grande desenvolvimento, o que tem levado a uma discussão em várias conferências e um dos assuntos realçado são as competências de cada um dos intervenientes do sistema desportivo e como refere Pereira, 2005 (citado por Amorim, 2006) “é necessário adoptar uma política desportiva que saiba distinguir com clareza aquelas que são as tarefas do Estado, as tarefas das autarquias e aquele que é o movimento associativo e das federações num quadro de auto-regulação”.

O futuro exigirá uma maior atenção por parte das autarquias locais, no que respeita à oferta de condições de prática de desporto. Será necessário um apoio mais permanente a entidades, a organismos e também a agentes que se encontram vocacionados para este tipo de acções. Sendo esta afirmação confirmada por Constantino (1997): “as respostas ao desenvolvimento desportivo estão hoje dependentes dessas sinergias alcançadas entre os domínios público, associativo e privado”.

Neste seguimento Correia (2001) afirma que “o desafio de qualquer organização do desporto na gestão dos serviços é um desafio essencialmente organizacional, isto é, é preciso flexibilizar a oferta ao nível dos objectivos, da prática, dos horários, das formas de gestão, dos locais de actividade, etc.... indo ao encontro do interesse dos indivíduos e do tempo pessoal. Precisamos de nos habituar a encontrar as soluções no plural dos fins e dos meios”.

2.5 - O Associativismo Desportivo

É do nosso conhecimento que o associativismo desportivo é uma das principais áreas de actuação dos municípios, independentemente do nível de desenvolvimento do seu Serviço Desportivo. No entanto, a prática desportiva e o livre associativismo (sendo um meio de acesso a essa prática), têm sofrido inúmeras alterações ao longo dos anos, mas talvez não têm sido as suficientes

para que a articulação com as autarquias favoreça os munícipes, devendo estes ser os centros das atenções.

Segundo Constantino (2002): O discurso político sobre o desporto repousou sobre uma ilusão; a de supor o livre desenvolvimento do associativismo, a par de uma forte intervenção do Estado, sobretudo através do financiamento às federações desportivas, eram suficientes para responder às necessidades de um desenvolvimento do desporto que tivesse os cidadãos como ponto de partida e chegada.

Contudo, esta situação tornou-se mesmo uma ilusão, pois não considerava condições extrínsecas que regulam o funcionamento da sociedade dos nossos tempos, como por exemplo as variáveis económicas e sociais. O apoio às associações desportivas, por parte da Câmara Municipal, exige bastante passando por diversos aspectos, incidindo mais no apoio financeiro, que por vezes se torna muito escasso. Pode-se dizer que são pequenos subsídios atribuídos pelas autarquias, os quais têm que ser geridos da melhor forma pelas associações desportivas.

Mas o apoio das autarquias não se deve limitar ao restrito apoio financeiro, apesar de este ser importantíssimo, existem outros meios de ajudar as associações e clubes, como por exemplo através da cedência de viaturas para o transporte dos atletas, a cedência de infra-estruturas e equipamentos desportivos que por vezes são reduzidos e não permitem a evolução da associação, além de facilitarem o acesso a essas infra-estruturas e materiais, entre outros, como o apoio técnico e logístico e por último seria importante que as autarquias organizassem acções de formação relevantes para que ajudem os técnicos das associações a estarem fornecidos de bons conteúdos para actuarem.

Assim será importante que as autarquias contribuam para que os clubes se adequem às necessidades da população dos dias de hoje, tal como refere Araújo, 2005 (citado por Amorim, 2006): “o governo e as autarquias devem encetar esforços para que os clubes renasçam adequados aos tempos e às necessidades actuais”, mas para que isso aconteça e segundo o mesmo autor

deverá existir uma “assunção de uma nova cultura organizativa que favoreça a sua entidade e a associação entre os seus membros: uma nova filosofia de clube (novos valores), uma nova maneira de aplicar essa filosofia (modo de fazer as coisas) e uma nova simbologia (um novo saber para ligar ambas).”

A sociedade dos dias de hoje é exigente pois possui novas necessidades e perante estas necessidades os clubes e associações, os quais têm vindo a perder credibilidade enquanto instituições socioculturais, têm de fazer um esforço, para que assim possam ir de encontro aos interesses, desejos e motivações da população.

Bento (1998) afirma em conformidade com o que referimos que é importante tomar em linha de conta algumas transformações sociais e de valores, sendo um ponto fundamental “a cada vez mais exigência de qualidade por parte dos praticantes do desporto e que caminha a par com a exigência de actualização de conhecimentos técnicos e pedagógicos, e a melhoria da formação e especialização”. As autarquias locais devem entender o cidadão, o município como o centro de todas as atenções.

Para que haja um movimento associativo forte e dinâmico, os municípios locais devem ajudar à sua formação, contribuindo com apoios claros e equilibrados, mas respeitando sempre a sua liberdade de acção, o qual no nosso entender, deverá ser caracterizado em função da sua dimensão estrutural económica e competitiva.

Desta forma, existem os clubes de pequena dimensão, ou seja aqueles que nós designamos por associações culturais e desportivas ou mesmo recreativas. Estas associações normalmente não possuem qualquer tipo de instalações desportivas, por vezes possuem apenas o campo de futebol da freguesia que é de terra ou “areão”, muitas vezes têm que recorrer ao aluguer de instalações, em que os orçamentos são pequenos e dependem quase exclusivamente da comparticipação financeira da autarquia, das receitas geradas no bar da sede, se existir, e da pequena ajuda dada pelos sócios.

Além destes existem os clubes de média dimensão, menos especializados e de gestão amadora, capazes de oferecer uma variedade de

modalidades desportivas, possibilitando o fomento desportivo da população mais jovem e a iniciação desportiva em algumas modalidades.

Por último, temos os clubes de grande dimensão, com actividades altamente especializadas e profissionais, envolvendo orçamentos significativos e sendo muitas vezes encarados como símbolo da autarquia ou da região.

O desenvolvimento do desporto encaminha-se para um ponto que coloca uma questão central à capacidade real da sua organização pelas instituições tradicionais e como refere Bento (1995): “É um facto que o clube desportivo se afastou, em muitos casos, do objectivo que motivou a sua criação (nomeadamente o de promover a prática desportiva dos seus membros) e que tem perdido credibilidade como instituição cultural e moral. Não é menos verdade que deixou sempre de contemplar alguns grupos de pessoas, foi sempre mais atraente para os jovens do que para os adultos, abriu mais portas aos homens do que às mulheres. E o que se diz do clube aplica-se ao sistema desportivo, a federações e a associações.”

Através desta afirmação podemos concluir que o município terá que ir por outras vertentes além do associativismo desportivo, pelo facto de haver necessidade de proporcionar oportunidades de prática a toda a comunidade, a qual inclui desde as crianças aos idosos de ambos os géneros e a maioria das vezes as associações não estão acessíveis a toda a comunidade.

Neste seguimento, o mesmo autor refere que o “desporto no plural” – o desporto para todos – apresenta sérios problemas a esta forma de organização desportiva. Pois como já foi referido anteriormente nem todas as pessoas têm oportunidade de praticar desporto organizado.

É claro que os clubes desportivos terão que abrir portas a novas necessidades e interesses de prática desportiva, a novos grupos de pessoas com motivos, desejos e possibilidades de acção muito diferentes. Mas esta situação será deveras complicada, devido a nem todos os clubes terem a possibilidade de corresponder aos novos motivos e interesses que a população apresenta.

Assim, como forma de conclusão apresentamos Bento (1995) com uma definição de organização desportiva, sendo uma instituição democrática, uma das formas de organização da vontade dos cidadãos, sem coações e sem manipulações ao serviço de interesses estranhos ao movimento desportivo. Um local de humanidade, uma instituição de transmissão e de desenvolvimento do capital de formação investido no desporto, de cultivo de experiências e vivências de convivialidade, de socialidade, de relacionamentos, de comunicação, isto é, de valores que no mundo do trabalho são por demais esquecidos. Se assim não for a organização desportiva deixa de pertencer ao desporto.

O desporto vem assumindo progressivamente um papel de grande relevo na sociedade, devendo as instituições competentes: poder político, associações, clubes, escolas, entre outros, proporcionar à sociedade em geral condições para que a prática desportiva seja real e, “quem melhor que o Poder Político local, como filamento terminal do aparelho de estado, para satisfazer as necessidades das populações, dado o seu contacto diário com a realidade por estas vivida” (Aguiar 2002).

2.6 – Instalações Desportivas

As mudanças a nível das práticas desportivas e, segundo Constantino (1999), têm de ser acompanhadas por uma crescente preocupação, por parte das autarquias, em relação às instalações desportivas, tendo em conta o seu planeamento, construção e gestão, uma vez que “os espaços para a prática do desporto são uma questão nuclear na intervenção das autarquias em matéria de desenvolvimento desportivo local”.

2.6.1 – Classificação das Instalações Desportivas

2.6.1.1 - Tipologia das instalações desportivas

Pelo Decreto-Lei nº 317/97, de 25 de Novembro, consideram-se instalações desportivas os espaços de acesso público organizados para a

prática de actividades desportivas, constituídas por espaços naturais adaptados ou por espaços artificiais ou edificados, incluindo as áreas de serviço anexos e complementares. As instalações desportivas classificam-se nos seguintes pontos:

1. Instalações desportivas de base recreativa: destinam-se a actividades desportivas de carácter informal no âmbito das práticas recreativas de manutenção e de lazer activo, de que são exemplo os pátios desportivos e os espaços elementares de jogo desportivo com dimensões normalizadas;
2. Instalações desportivas de base formativa: concebidas para a educação desportiva de base, no âmbito do ensino e do associativismo desportivo, sendo características destas instalações a polivalência na utilização e a capacidade de adaptação e integração;
3. Instalações desportivas especializadas: concebidas e organizadas para actividades desportivas, em resultado da sua específica adaptação para a prática da modalidade correspondente;
4. Instalações desportivas especiais para o espectáculo desportivo: concebidas para a realização de manifestações desportivas, preparadas para receber público, meios de comunicação social e apetrechadas com os meios técnicos indispensáveis aos níveis mais elevados da prestação desportiva.

Considerando a variedade e diversidade dos recintos desportivos existentes e respectivas designações que lhes são atribuídas, importa pré-definir a classificação utilizada neste estudo que se baseia na nomenclatura usada nas Cartas de Instalações Desportivas Artificiais, elaboradas pela Secretaria de Estado do Desporto.

Assim, quanto à sua tipologia, as instalações desportivas podem ainda distinguir-se em:

- Grandes Campos de Jogos – recintos descobertos, destinados à prática do Futebol, Hóquei em Campo e Râguebi, com dimensões iguais ou superiores a 90x45 metros.

- Pequenos Campos de Jogos – recintos descobertos habitualmente se caracterizam pela sua polivalência, destinando-se à prática de várias modalidades, como por exemplo Andebol, Badminton, ténis, basquetebol, Voleibol, futsal, etc. As dimensões destes recintos são inferiores a 90 metros de comprimento por 45 de largura.

- Pavilhões – recintos cobertos, também caracterizados pela polivalência desportiva em termos de prática de diversas modalidades (Andebol, Basquetebol, Ginástica, hóquei em Patins, etc.). Normalmente estas instalações são apetrechadas com balneários e as suas dimensões superiores a 28 metros de comprimento, 16 de largura e 7 de altura.

- Salas de Desporto – recintos cobertos, com dimensões mais reduzidas que os pavilhões, inferiores a 28 metros de comprimento e 16 de largura.

- Piscinas – planos de água cobertos ou descobertos, destinados à prática de actividades aquáticas de rendimento, formação, lazer ou recreação.

- Piscinas cobertas – são normalmente rectangulares, com dimensões que podem variar entre os 16x6 metros e os 50x21 metros, com profundidades variadas.

- Piscinas descobertas – recintos com formato e dimensão muito variadas e também muito associados às actividades de lazer.

- Pistas de atletismo – recintos cobertos ou descobertos, normalmente de formato oval, com comprimentos entre os 250 e os 400 metros à corda.

- Campos de ténis – recintos cobertos ou descobertos que se destinam prioritariamente à prática da modalidade, normalmente com dimensões aproximadas dos 38 metros de comprimento por 20 de largura.

- Instalações especiais – recintos não englobados nas definições anteriores que se destinam à prática de actividades/modalidades específicas (Tiro, golfe, equitação, patinagem no gelo, automobilismo, etc.).

Contudo, qualquer que seja a sua tipologia, existem algumas características que todas devem contemplar: qualidade para os praticantes, para os espectadores e para os jornalistas, meios técnicos para os media, elevados níveis de segurança, adequados meios de socorro e boas acessibilidades.

3 - Apresentação e Caracterização do Concelho de Resende

3.1 – Enquadramento Territorial

Resende é concelho e sede de freguesia do Distrito de Viseu e Diocese de Lamego, integrado na Região de Turismo do Douro Sul com uma população de 12370 pertencentes à Região do Vinho Verde, estando uma delas, Barrô, integrada na Região Demarcada do Vinho do Porto, valor este obtido através do recenseamento geral da população de 2001. O feriado municipal é a 29 de Setembro. É um concelho essencialmente agrícola e faz parte da sub-região denominada “Beira Minhota”, produzindo sobretudo vinho, azeite, castanha e cereja.



O concelho é sobranceiro ao Douro com 119 Km, a norte da sede do Distrito. Encontra-se na margem esquerda do Rio Douro, a cerca de 30 Km a oeste de Lamego. A norte limita com o Rio Douro, (estando na outra margem os concelhos de Baião e Mesão Frio) a Sul com o concelho de Castro Daire, a nascente com o concelho de Lamego e a poente com o concelho de Cinfães.



Actualmente, em termos educacionais faz parte do CAE – Douro Sul (Centro de Área Educativa do Douro Sul), que é composto por onze concelhos e por sua vez este pertence à Direcção Regional de Educação do Norte – DREN. Em termos administrativos Resende pertence ao NUT III – Região Tâmega que se compõe de quinze concelhos.



Falando um pouco da sua história, no período medieval e aquando da

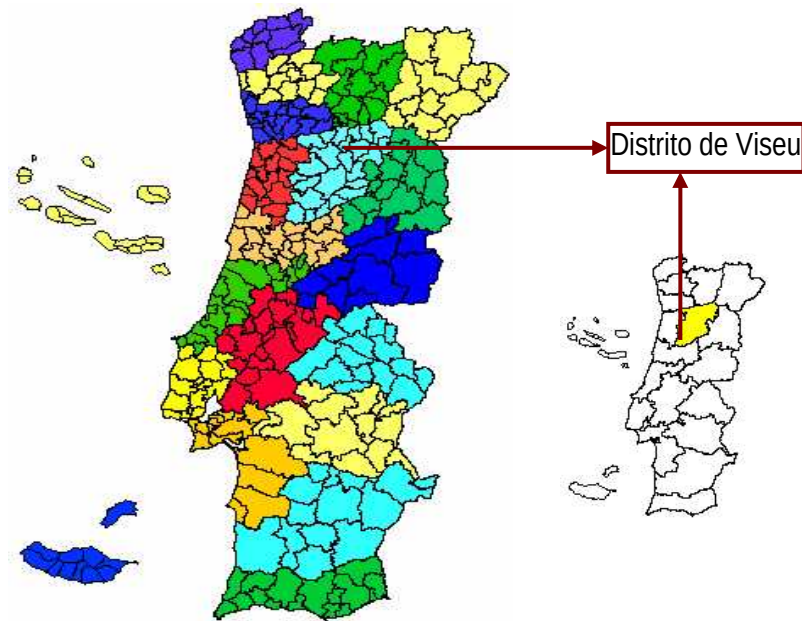
reconquista cristã constituíram-se dois concelhos, o de Aregos e o de S. Martinho de Mouros vigorando os mesmos até à época moderna e que em consequência das transformações administrativas do período liberal são extintos em 1855 e dão origem à constituição do concelho de Resende.

Data do séc. X o documento mais antigo que se refere à Quintã de Resende e que pertenceu a Egas Moniz, célebre aio do 1º Rei de Portugal, que a recebeu dos seus antepassados, Os Sousas. D. Afonso Henriques por volta de 1130 doou a Egas Moniz o Couto de Resende.

Em termos de caracterização física, Resende é um concelho que tem uma frente ribeirinha ao longo do Rio Douro, que vai desde o Ribeiro do Cabrum, limite com Cinfães até Barrô, limite com Lamego com vales profundos, linhas de água e paisagens deslumbrantes onde a actividade agrícola predomina, contrastando com outra característica de planalto e montanha da Serra das Meadas e essencialmente da Serra de Montemuro onde a actividade agro pastoril ainda está bem presente.

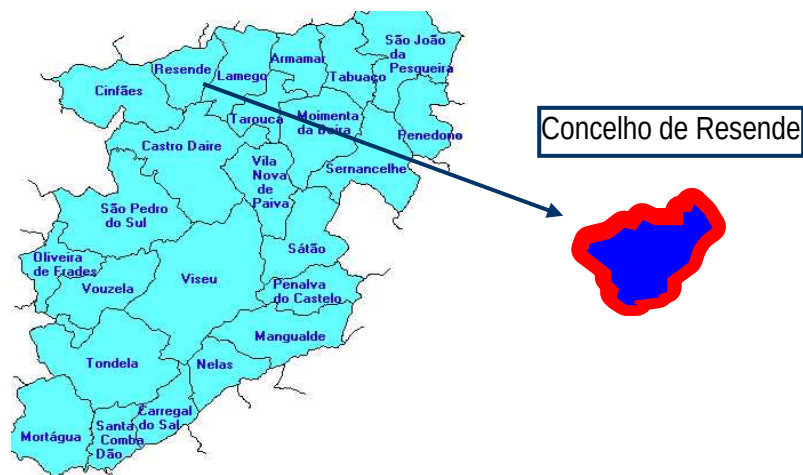
Em consequência das características montanhosas e de declive desta região bem como dos processos e tradições agrícolas e pastoris, verifica-se uma dispersão da população que conjugada com as características físicas do concelho tornam as acessibilidades difíceis e complexas colocando entraves às comunicações terrestres. Embora haja hoje uma rede de estradas por todo concelho, estas são de má qualidade e de difícil traçado, contudo tem vindo a ser melhoradas nos últimos anos e outras têm sido construídas de raiz com vista a facilitar o desenvolvimento sócio-económico do concelho. (Carta Educativa do Concelho de Resende)

Enquadramento do concelho a nível nacional e distrital



O Distrito de Viseu é composto por 24 concelhos que totalizam 117,1 Km2, Resende é um dos concelhos mais a norte do distrito, localizado na margem sul do rio Douro, limite natural com o distrito do Porto e Vila Real, é ainda Resende rodeado pelos concelhos de Castro Daire, Cinfães e Lamego todos do mesmo distrito.

Distrito de Viseu **Concelhos do Distrito de Viseu inseridos na Região de Turismo do Douro Sul**



Área geográfica e freguesias



Como já foi referido o concelho de Resende situa-se entre as serras de Montemuro e das Meadas estendendo-se ao longo da zona ribeirinha do Douro, sendo uma delas, St^a Maria de Barrô, pertencente à Região Demarcada do Douro. Toda a zona marginal do concelho está inserida no PROARC.

O concelho faz ainda parte da Região de Turismo do Douro Sul que é constituída por 11 concelhos que se estendem ao longo da margem sul do rio Douro, (daí a denominação), desde Vila Nova de Foz Côa, do distrito da Guarda, até Cinfães que limita com o distrito de Aveiro. Do lado norte desta região ficam os distritos do Porto, Vila Real e Bragança. Esta denominação também é usada em termos administrativos para identificar outros organismos, tais como Centro de Área Educativa Douro Sul; Associação Comercial e Industrial Douro Sul e outras mais, que dão bem a ideia de identidade e institucionalização desta Região.

Em termos administrativos e para efeitos de levantamentos estatísticos, o concelho de Resende pertence ao NUT III - área geográfica do Tâmega que é constituído por 15 concelhos, sendo apenas 3 da margem sul do Douro, Resende, Cinfães e Castelo de Paiva, os restantes localizam-se na margem norte e ao longo da bacia do rio Tâmega, Baião, Marco de Canaveses, Penafiel, Paredes Paços de Ferreira, Lousada, Felgueiras, Amarante, Celorico

de Basto, Mondim de Basto, Ribeira de Pena e Cabeceiras de Basto.

O concelho de Resende é constituído por 15 freguesias que totalizam 119 Km² e onde habitam 12370 habitantes, das quais seis confinam com o rio Douro; Miomães, Anreade, Resende, S. João de Fontoura, S. Martinho de Mouros e Barrô.

Quadro nº 2 - Freguesias do Concelho de Resende

Nome	Endereço	Habitantes	Área (ha)
Anreade	4660 ANREADE	1 168	550
Barrô	4660 BARRÔ	1 035	1 023
Cárquere	4660 CÂRQUERE	941	786
Feirão	4660 FEIRÃO	131	470
Felgueiras	4660 FELGUEIRAS RSD	315	827
Freigil	4660 FREIGIL	480	456
Miomães	4660 MIOMÃES	391	277
Ovadas	4660 OVADAS	337	1 019
Panchorra	4660 PANCHORRA	178	1 325
Paus	4660 PAUS	643	1 316
Resende	4660 RESENDE	2 873	1 199
São Cipriano	4660 RESENDE	858	618
São João de Fontoura	4660 SÃO JOÃO DE FONTOURA	857	521
São Martinho de Mouros	4660 SÃO MARTINHO DE MOUROS	1 738	1 467
São Romão de Aregos	4660 SÃO ROMÃO DE AREGOS	425	417

3.2 – Características Físicas do Concelho

“A maior largura do concelho, em linha recta, desde o rio Cabrum, em Freigil, ao ribeiro Cabril, em Barrô, é de 15,3 km e o seu maior comprimento, desde a ribeira de Barrô ao rio Cabrum, no sítio em que ele separa a Panchorra da Gralheira, é de 17,7 km.

O ponto mais alto do concelho situa-se no monte Ladário III, à vista da Lagoa de D. João, a 1.218 m de altitude. Dali ao Talefe (ou Talegre) da Gralheira (o cume da serra do Montemuro), vão ainda 164 m. O ponto mais

baixo situava-se, antes da construção das barragens do Douro, na foz do rio Cabrum, a menos de 20 metros acima do nível do mar. A povoação da Panchorra (e também a da Gralheira -Cinfães), situam-se a cerca de 1150 metros de altitude e, na opinião de Amorim Girão, segundo Duarte (1994) são as duas freguesias mais altas de Portugal.

As terras de Resende, excluindo Feirão, Talhada e Panchorra que se encontram disseminadas no planalto do Montemuro, distribuem-se por vales mais ou menos profundos que resultaram da erosão prolongada de pequenos ou grandes cursos de água, vales separados uns dos outros por ramificações diversas da serra do Montemuro, no sentido SUL/NORTE, SE/NO ou SO/NE. As referidas ramificações dão ao concelho um aspecto muito acidentado e tomaram nomes mais ou menos interessantes, conforme os naturais lhes foram pondo.

A serra das Meadas, a leste, com cotas de 1.000 metros de altitude, é um amplo, alto e longo cortinado, a separar Resende de Lamego. Em nível bastante inferior e sobranceira à freguesia de Barrô há a chamada serra da Mesquitela, descaimento da das Meadas, sítio de melhores acessos para as naturais das freguesias ribeirinhas de Resende se dirigirem para Lamego.

Do monte de S. Cristóvão, limite Norte do grande planalto de Montemuro, e que se encontra à altitude de 1.141 metros, descem diversas elevações que vão morrendo, mais acima ou mais abaixo, antes de chegarem ao Douro. E assim o monte da Pena que se eleva, depois dos chãos de Moumiz, à cota de 892 metros, divide Paus de Felgueiras, e desce abruptamente por terras de Resende e S. João. É assim também o monte Carvoeiro que despedindo-se do S. Cristóvão na direcção do noroeste, divide Felgueiras e Cárquere de Ovadas e S. Cipriano, e se vai subdividindo a si próprio, em diversas elevações, nas freguesias de Cárquere, S. Romão, Anreade, Freigil e Miomães, dando origem a novos vales e a pequenos cursos de água.



Do outro lado do rio Douro, para o lado do Norte, há o Marão: grande, orgulhoso e altivo, mas árido, penhasquento e inútil, com as serras companheiras do lado que se estendem em ondulados imprevistos, até desaparecerem no horizonte. São autênticos muros de vedação que se sucedem uns aos outros, para encurtarem a vista a Resende, mas também para taparem com cuidado, ventos menos bons que soprem da Galiza. Lá de cima, dos pontos altos do monte de S. Cristóvão, vêem-se ainda para os lados de Sudeste, terras da Beira-Alta, fechadas lá ao fundo pela cortina da Estrela. Para Nascente, as serras da Nave, de Santa Helena e da Senhora da Lapa. Para Sul, os píncaros do Montemuro. Para poente, as serras do Baixo-Douro e, de alguns sítios, em certas noites mais claras, podem mesmo ver-se as luzes do porto de Matosinhos.” (Duarte, 1994).

Nos vales mais ou menos profundos que referimos, correm, de Sul para Norte, em direcção ao Douro que as recebe de braços abertos, as águas lípidas e batidas de três ribeiros.



Segundo o mesmo autor o Bestança ou ribeira de S. Martinho, forma-se a curta distância do monte de S. Cristóvão, do lado Sul do mesmo, dirige-se para Leste em terreno quase plano e lamacento onde medram juncos e coaxam rãs e, chegando perto da Barraca, atira-se à toa pelo monte abaixo, arrasta terras, abre caminho, cava precipícios, irriga o vale de Paus, divide S. Martinho e S. João e vai entregar-se, cansado e já mais calmo, ao Douro que vai achar no lugar de Porto de Rei, depois de ter percorrido mais ou menos 12Km.

“O rio Corvo ou Carcavelos, nasce também perto do S. Cristóvão, uns 500 metros a sudoeste da Capelinha, dirige-se para norte, passa por Felgueiras, divide Resende de Cárquere e Anreade, passa por Carcavelos e Corvo e vai juntar-se ao Douro, um pouco abaixo de Mirão. O rio Cabrum, o maior ribeiro do concelho, com 20 km de extensão, forma-se na Casa da Neve, nos limites da Gralheira, a 1382 metros de altitude, passa entre a Gralheira e a Panchorra, entra na freguesia de Ovadas perto da Senhora da Penha, recebe

da direita o ribeiro Taquinho vindo da lagoa de D. João, desce por despenhadeiros medonhos e segue em direcção ao Douro, passando entre S. Cipriano e Freigil na margem direita, e Ramires e Oliveira de Cinfães, na margem esquerda. No seu curso, alimenta as mini-barragens de Mariares e de Freigil, movimenta as turbinas das centrais hidroeléctricas de Covelinhas e Aregos e entra no Douro, lá nos fundos de Miomães.” (Duarte, 1994).

3.2.1 – Caracterização Sócio-Económica

Relativamente às actividades económicas do concelho, verifica-se que o sector primário absorve a maior percentagem da população empregada, cerca de 47%, embora se registe um decréscimo deste sector de actividade, o secundário atinge cerca de 20% e o terciário 33%, como se pode compreender pelo figura nº 1.

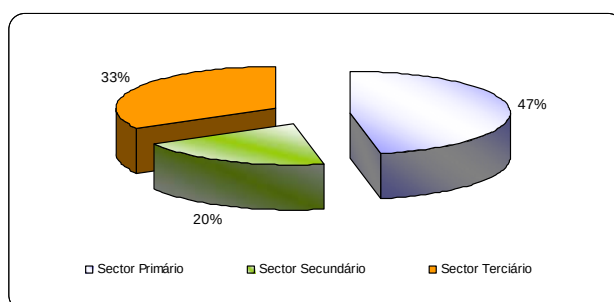


Figura nº 1 – Actividades Económicas do Concelho

O concelho depende ainda das actividades agrícolas, nomeadamente, da cultura da cereja, verificando-se que a superfície agrícola utilizada em 1989 atingia os 57%. Contudo, nos últimos anos, os sectores secundário e terciário têm invertido esta situação. As indústrias alimentares, de bebidas, tabaco e de produtos minerais não metálicos têm absorvido o maior volume nas empresas (segundo CAE¹ 2 Dígitos de 1996), bem como o comércio a retalho (CAE 52) que em 1996 já empregava cerca de 50% de pessoas ao



¹ Código de Actividade Económica

serviço neste tipo de estabelecimentos comerciais. Esta actividade empresarial concentra-se, fundamentalmente, na freguesia de Resende justificando a maior parte do volume de vendas do concelho.

3.2.2 – Análise Demográfica

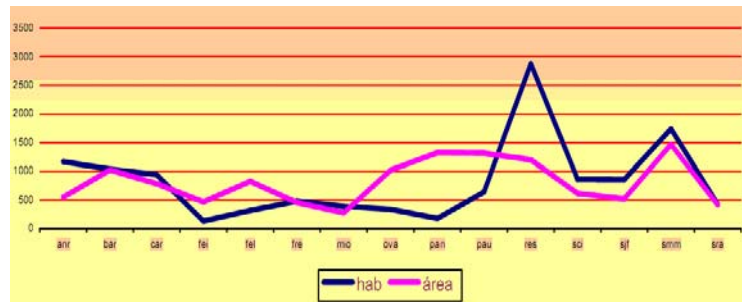


Figura nº 2 – Habitantes do Concelho de Resende por Freguesia e por área.

No plano demográfico o concelho de Resende vê-se confrontado com uma evolução regressiva dos seus totais populacionais (como se observa na figura 2). Os dados obtidos através do último recenseamento da população (Censos 2001) permitem confirmar esta tendência, apresentando um decréscimo de 1260 habitantes nesta última década, o que contrasta com o crescimento verificado quer na Região Norte, quer na NUT III -Tâmega.

- Áreas e população do concelho:

O concelho de Resende tem uma densidade populacional baixa, cerca de metade do NUTIII e tem tendência a diminuir ainda mais, de acordo com os resultados dos dois últimos censos. A distribuição da população pelas 15 freguesias é muito desigual e esta desigualdade está ligada a um conjunto de factores que são pouco atractivos à fixação das populações, sobretudo nas freguesias de maior altitude (Feirão, Ovadas, Panchorra), às más acessibilidades, à baixa rentabilidade da agricultura, à falta de postos de trabalho por inexistência de indústria e serviços, à pobreza em geral.

Estes factores levaram a que houvesse grandes vagas de emigração da população, migração para as grandes cidades e ainda deslocação para a freguesia sede do concelho, onde as perspectivas de melhores condições de

vida são maiores. Estas freguesias estão numa situação de desertificação quase total. A freguesia de Resende é a que apresenta maior densidade populacional, não só por ser sede do concelho, mas onde os serviços e a indústria ligada ao sector alimentar representam maior peso, contudo há ainda outras freguesias onde existem algumas condições de fixação, não só porque a sua agricultura é mais rentável, mas, porque existem outros factores que contribuem para uma não desertificação, tais como investimentos feitos pelo município geradores de dinâmica económica, melhorias nas acessibilidades, restauração, comércio e alguns serviços. É de referir que a produção de cereja, tem um peso muito grande na economia concelhia, exceptuando-se as freguesias de Felgueiras, Feirão, Ovadas e Panchorra.

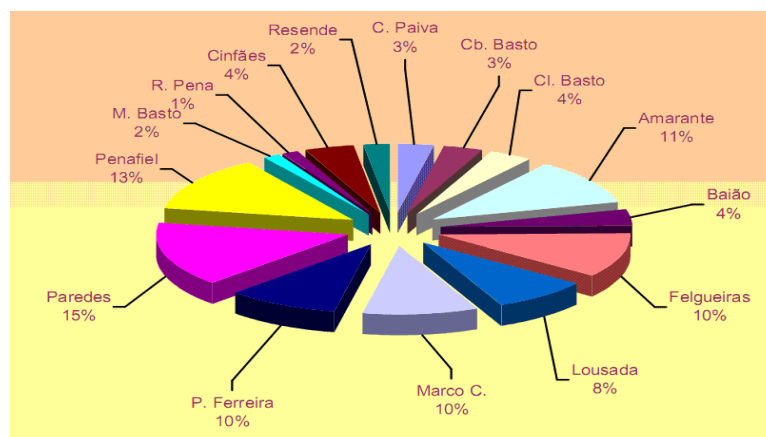


Figura nº 3 – Zona Geográfica do Tâmega
Percentagem de População Residente por Concelho

O concelho de Resende faz parte da Zona Geográfica do Tâmega – NUTIII, e em termos populacionais e comparativamente aos outros concelhos do NUTIII apresenta uma percentagem baixa representando apenas 2% da população desta zona geográfica, encontrando-se num nível idêntico ao de Ribeira de Pena 1%, Mondim de Basto com 2%, Cabeceiras de Basto e Castelo de Paiva com 3%, com uma percentagem um pouco superior encontra-se Celorico de Basto, Cinfães e Baião com 4%, o que pouco mais representa que Resende. Os concelhos que apresentam uma percentagem mais elevada e representativa da população do NUTIII são Paredes, 15% Penafiel, 13%,

Amarante 11%, Marco, Felgueiras e Passos de Ferreira 10%, Lousada representa 8%.

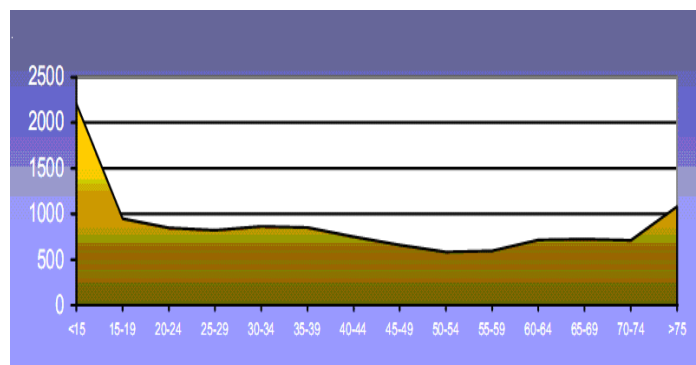


Figura nº 4 – Concelho de Resende
População Residente por Grupos Etários

Resende representa 2% da população do NUT III, como foi mencionado anteriormente, sendo a distribuição dos 12370 habitantes pelas diferentes faixas etárias expressa a estrutura da mesma e explica a tendência de decréscimo registada nos Censos de 2001. O peso relativo da população até à faixa etária dos 15 aos 19 anos mostra uma tendência sempre crescente. A faixa seguinte que vai dos 20 aos 24 anos, que coincide, regra geral, com o fim dos estudos secundários e ingresso no ensino superior, bem como com o ingresso no serviço militar e a busca do primeiro emprego e ainda a emigração de alguma população.

Nas faixas etárias seguintes verifica-se um decréscimo do peso relativo até aos 59 anos e que terá a ver com a emigração e a procura de emprego e melhores condições de vida fora do concelho, uma vez que neste não as encontram. Verifica-se ainda que nas faixas seguintes a população regista um aumento que terá relação com a fase de aposentações e regresso definitivo de emigrantes ao seu local de origem. A partir dos 75 anos de idade a população vai tendo um peso cada vez menor em consequência do envelhecimento e ocorrência de óbitos.

Sendo o concelho de Resende o terceiro menos populoso da Região Geográfica do Tâmega, ficando apenas à frente de Ribeira de Pena e Mondim

O Desporto no Concelho de Resende

de Basto, é também um concelho onde a população residente apresenta uma instrução que reflecte um elevado abandono escolar e baixas habilitações académicas. O analfabetismo tem um peso tremendo na população residente, em que Resende apresenta uma taxa de analfabetismo de 24,8%, sendo mais do dobro da média da Região em que este concelho se enquadra, que é de 12,3%, ou seja está 12,5% acima dos valores médios do NUT III. Verificamos ainda, neste quadro, que à medida que se avança no nível de instrução cada vez é maior o abandono e a frequência, o que reflecte os dados obtidos pela DREN relativos a igual período (2001), em que o abandono escolar (9,3%) é o segundo mais alto do país, a média nacional é de 2,7%, como se pode ver no quadro das metas a atingir em 2010 pela EU. A saída precoce é outro dado negativo a ter em conta 63,6% em Resende, embora a média nacional seja de 44,8%, havendo uma diferença de 18,8%, estes valores estão muito longe da média actual da EU, 18,8% e ainda mais longe da meta da EU para 2010, que é de 10%.

Quadro nº3 – Desemprego no Concelho de Resende (2004)

Desemprego no Concelho de Resende - 2004															
	Sexo	Total	Por categorias		Grupos Etários				Tempo de INSC			Habilitações Literárias (anos de escolaridade)			
Concelho de Resende			1º Emprego	Novo Emprego	< 25	25 a 34	35 a 54	50 e+	< 3	3 a 12	12 e +	<= 6 anos	9 anos	11º e 12º anos	Méd. /Su p.
	HM	453	120	333	143	141	144	25	12	142	184	273	85	82	13
	H	174			59	56	43	16	56	58	60				

A população mais atingida pelo desemprego não tem mais que o 6º ano de escolaridade, tendo a população com escolaridade obrigatória de 9 anos mais facilidade em obter emprego. Pode explicar-se este fenómeno pelo facto dos indivíduos com o 3º Ciclo (7º, 8º e 9º ano), se sujeitarem a trabalhos mais duros como é o caso da construção civil enquanto que a população com o 10º, 11º e 12º ano aspiram a postos de trabalho no sector terciário e por isso encontram maior dificuldade em arranjar emprego.

No caso da população com cursos médios e superiores o fenómeno que se verifica é inverso aos restantes grupos de habilitações literárias sendo que o número de desempregados tem vindo a diminuir progressivamente. Compreende-se este facto, não só pelo que na sua maioria após a licenciatura já não regressa ao concelho uma vez que terá outras saídas profissionais nos grandes centros urbanos, mas também pelo facto de terem mais facilidade em se empregarem e ocuparem os lugares que poderiam pertencer ao grupo com 10 a 12 anos de escolaridade, contribuindo assim para o aumento do desemprego neste nível de escolaridade.

Quadro nº4 – População Activa no Concelho de Resende (2002)

População Activa no Concelho de Resende - 2002		
	Nº de Indivíduos	Ano
População Economicamente Activa HM	4210	2001
População Economicamente Activa H	2890	2001
Taxa de Actividade HM em 1991	33,2	1991
Taxa de Actividade HM em 2001	34,0	2001
Taxa de Desemprego HM em 1991	2,9	1991
Taxa de Desemprego HM em 2001	8,3	2001

Pela observação do quadro acima apresentado pode-se verificar que a população economicamente activa no concelho de Resende em 2001 é de 4210 indivíduos, correspondendo a uma taxa de actividade de 34,0 %, tendo havido um aumento de 0,8% em relação a 1991. O desemprego em 2001 tingiu 8,3%, mais 5,4% que em 1991.

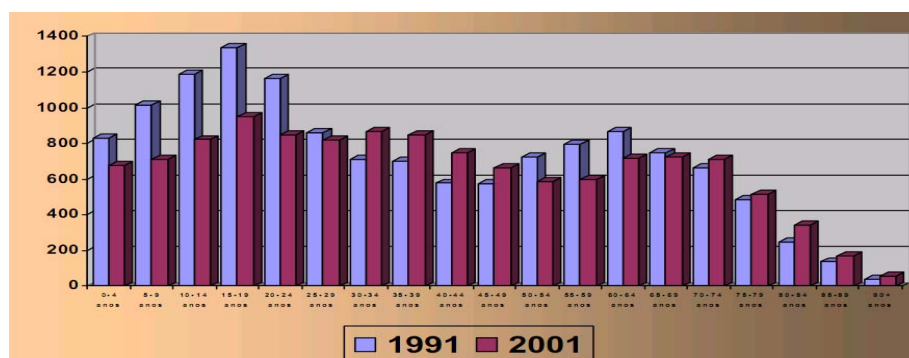


Figura nº 5 – Desemprego no Concelho de Resende

Pela análise da figura é possível verificar de forma imediata o decréscimo da população em Resende entre 1991 e 2001. O peso relativo dos grupos etários na estrutura da população de Resende apresenta um máximo entre os 15 e os 19 anos, começando depois a apresentar um decréscimo a

partir dos 20 anos, fase em que a população entra na vida activa e emigra ou migra à procura de melhores condições de vida ou inicia os estudos superiores em Universidades e Institutos Superiores fora do concelho. Só volta a haver uma recuperação do peso relativo da população a partir dos 55 anos até aos 64 anos, altura em que muita da população emigrada ou migrada regressa às origens. A partir desta faixa etária verifica-se uma diminuição constante e acentuada.

Concluimos que quer em 1991 quer em 2001 o peso relativo dos grupos etários na estrutura populacional de Resende mantém o mesmo traçado e estrutura, embora em 2001 haja menos população fruto do envelhecimento e emigração e migração sem regresso da mesma.

3.3 – Génese e percurso do desporto em Resende

Por volta dos anos trinta, em algumas terras do concelho (as que conseguiam arranjar uma leira qualquer onde pudessem dar uns pontapés), começaram a organizar-se grupos de futebol. Já vestiam camisola e calção, jogavam com bola de couro e câmara-de-ar, faziam desafios com as terras vizinhas, ou então, casados contra solteiros da mesma terra, nas tardes de Domingo.

Estão neste caso, Resende, S. Martinho e Felgueiras e por vezes as equipas amigas emprestavam jogadores para “jogos mais sérios”...

De um modo mais formal, o Grupo Desportivo de Resende foi criado em 1928 (filial nº 6 do Futebol Clube do Porto), sendo os seus fundadores José Soares, Manuel Correia, Vinício Loureiro, Alfredo Teixeira, e outros... (Duarte, 1994)

Segundo informações do senhor José Soares, do Paço, o primeiro campo de futebol onde se jogou foi em Penuzém e foi ele que o conseguiu arranjar.

Ali por 1939, jogava-se na própria vila, no Largo da Feira. Só em 1943 é que se construiu o Estádio de Fornelos. O senhor Pereira Dias, familiar do

senhor José Soares, tinha comprado nessa altura a Quinta de Fornelos e deu o terreno para o campo de futebol.

O referido campo foi melhorando progressivamente de condições, sobretudo depois do 25 de Abril, sempre por conta da Câmara, tendo sido electrificado em 1988.

O Grupo Desportivo de S. Martinho de Mouros nasceu também há várias décadas. O seu campo de jogos foi inicialmente o terreno que está ao fundo do escadório do Senhor do Calvário, ali por 1950 jogavam mesmo no Largo da Feira Nova, antes da estrada por ali passar. Em 1987, a Direcção da Casa do Povo, com a participação da Câmara Municipal, construiu o Campo do Penedo da Senhora nas proximidades de Vila Verde, e é ali que se fazem actualmente os treinos e os desafios de futebol.

O Grupo Desportivo de Aregos organizado oficialmente em 9 de Agosto de 1979, construiu o seu Campo de Futebol em 1984 no lugar da Leira Grande-Miomães.

Nos dias de hoje, em quase todas as freguesias do concelho, a câmara construiu Campos de Futebol, encontrando-se bastante mal aproveitados porque a juventude emigra, e da televisão, do namoro e do café, não sobra muito tempo.

Entretanto, em Felgueiras, em Cárquere, em S. Romão e na Panchorra, a rapaziada organiza jogos com alguma frequência (integrados inclusivamente nos programas do INATEL) e o povo acorre, nas tardes de Domingo, a incentivar os conterrâneos e a passar horas agradáveis de lazer.

Quanto ao desporto porém, o futuro parece mais risonho, pois está a desenvolver-se um programa de Desporto Escolar em todas as escolas de ensino médio da vila, programa criado pelo despacho 87/ME/89, 30 de Maio, com torneios entre escolas de nível local e regional em diversas modalidades, incluindo o atletismo.

Para além disso, encontra-se concluída a construção do Pavilhão Desportivo do Concelho no lugar do Paço, para servir a Educação Física e o

Desporto das escolas, e aberto à prática desportiva da juventude em geral, fora dos tempos lectivos.

No dia 14 de Março de 1933, disputou-se nele a Final de Basquetebol Feminino a nível nacional.

Considerado um dos melhores pavilhões desportivos do distrito de Viseu, foi inaugurado por Sua Excelência o Primeiro Ministro do Planeamento e Ordenamento do Território, Prof. Valente de Oliveira, em 19 de Novembro de 1993.

Por iniciativa da Câmara, começou já a construção de uma Piscina Municipal para a prática da natação, no lugar da Granja. *“Resende tem hoje assim, todas as condições para desenvolver a cultura física e intelectual dos seus filhos”*. (Duarte, 1994)

No entanto, para nosso benefício o desenvolvimento a nível desportivo não parou por aqui. A câmara tratou de construir mais instalações desportivas, onde promovem actividades para toda a comunidade que esteja interessada em participar.

Ao longo destes anos muitas foram as alegrias no desporto, havendo desportos mais fortes e outros em que a adesão não era tão visível. O Ténis de Mesa foi um desporto forte a nível do desporto escolar, havendo mesmo campeões nacionais no concelho e no qual organizamos o torneio regional, tendo sido muito gratificante para o concelho, levando a formar, posteriormente uma Associação de Ténis de Mesa.

No entanto, a modalidade forte foi sempre o Futebol, é o “Desporto Rei”. Actualmente existem clubes que competem a nível regional e distrital, nos quais existem vários escalões, havendo um de Futsal e os restantes de Futebol de 11.

Relativamente às freguesias o desporto regrediu, pois enquanto à uns tempos atrás era raro o Domingo em que não havia jogos, principalmente nas freguesias de Felgueiras, Cárquere, S. Romão e Panchorra, nos dias de hoje, apenas Cárquere continua a participar nos campeonatos de INATEL com uma equipa de Futebol de 11. As outras equipas já não existem, pelo facto dos

clubes que existem em Resende e S. Martinho recrutarem os jogadores que existem nestas freguesias e também por não haver quem motive e entusiasme a juventude para a prática de desporto, essencialmente nestes lugares mais isolados.

A Câmara Municipal continuou a contribuir com instalações para assim se tornar mais facilitadora a adesão à prática desportiva, contudo esta insere-se mais na freguesia de Resende, não tendo todas as outras freguesias acesso facilitado.

Seguidamente apresentamos as instalações desportivas existentes no concelho:

Quadro nº5 – Instalações Desportivas no Concelho de Resende

EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS	QUANTIDADE
Campos de futebol	- Barrô; - Cárquere; - Feirão; - Felgueiras; - Miomães; - Ovadas; - Panchorra (existem 2 nesta freguesia); - Resende (Fornelos); - S. Cipriano; - S. Martinho; - S. Romão de Arêgos.
Pavilhões Gimnodesportivos	- Pavilhão Municipal; - Pavilhão de Anreade; - Pavilhão de Freigil; - Pavilhão de S. Martinho de Mouros; - Pavilhão da EB2 de Resende; * - Pavilhão do Externato D. Afonso Henriques; * - Pavilhão do Seminário de Resende. * * Estas instalações não pertencem à Câmara Municipal.
Outros equipamentos	- Piscina Municipal Descoberta; - Piscina Municipal Coberta; - Piscina de Aregos; - Piscina de Porto de Rei; - 2 Campos de Ténis Municipais; - 1 Espaço de jogo e de recreio.

3.3.1 – Associativismo Desportivo no Concelho

O associativismo representa uma das formas de desenvolvimento de uma localidade, sendo através dele que a comunidade se junta, se torna activa, assumindo um papel preponderante na sociedade em que se insere, promovendo a participação.

No Concelho de Resende, o associativismo representa uma realidade sustentável, existindo um número significativo deste tipo de instituições que desenvolvem a sua actividade nas mais variadas áreas. Assim, existem associações desportivas, culturais, recreativas e de intervenção social, com alguma representatividade na região e cujo grande objectivo é a dinamização do Concelho.

4 – Objectivo

Com este trabalho pretendemos analisar o Concelho de Resende do ponto de vista desportivo. Sendo um concelho do interior, situado numa “zona de transição” revela uma realidade que co-existe com outras mais desenvolvidas e que, de algum modo, sintetiza as dificuldades que persistem na criação de condições da oferta desportiva relativamente aos novos desígnios ou aplicações da prática de desporto entendido em sentido lato.

Pretende-se conhecer a realidade do concelho, caracterizando-a a partir de parâmetros directamente relacionados com a prática desportiva, sendo um contributo para alicerçar possíveis decisões relativas ao desenvolvimento desportivo do Concelho, com base em dados que tornem essas decisões sólidas e adequadas à realidade da população.

Deste modo, os objectivos específicos deste trabalho são:

- Caracterizar as infra-estruturas desportivas, procedendo à sua respectiva identificação e descrição;
- Efectuar um levantamento das organizações desportivas do concelho;
- Analisar as actividades desportivas promovidas e/ou dinamizadas e apoiadas pela autarquia, bem como uma referência aos principais projectos que o município pretende levar a cabo, a curto ou a médio prazo.

5 - Metodologia

5.1 - Método

Para a realização deste trabalho fizemos a recolha de toda a informação possível junto dos responsáveis das várias áreas de intervenção do Pelouro do Desporto da Câmara Municipal de Resende, na qual destacamos, o vereador Engenheiro Fernando Jorge Teixeira. Desta recolha sublinhamos a informação relativa:

- a instalações municipais (pavilhões, piscinas e outros equipamentos desportivos municipais),

- a indicadores de caracterização do movimento associativo e
- actividades desenvolvidas e apoiadas pela autarquia.

O segundo procedimento consistiu na aplicação de dois questionários, baseados em Calão (2003): um deles com vista ao levantamento das características da totalidade das instalações desportivas do concelho e outro relativo à caracterização genérica do movimento associativo do município.

Utilizamos procedimentos estatísticos básicos da estatística descritiva para o tratamento da informação recolhida nos inquéritos e organizamos a informação recolhida junto do Pelouro do Desporto de acordo com os temas abordados socorrendo-nos do grau de familiaridade apresentado pela informação.

5.2 – Instrumentos

Ficha de Caracterização das Infra-estruturas Desportivas

Esta ficha divide-se em 5 áreas temáticas, que se consideram como elementos imprescindíveis para a caracterização de uma infra-estrutura desportiva.

A primeira, constituída pelos quadros 1 e 2, destina-se a identificar o recurso espacial, o seu responsável operacional e o enquadramento em termos de entidade proprietária e gestora de espaço.

A segunda, traduzida no quadro 3 tipifica o enquadramento da infra-estrutura e valências que lhe estão associadas.

O terceiro grupo temático, quadro 4, refere-se a todos os recursos humanos afectos à colectividade, descrevendo funções e modalidades/actividades em que desenvolvem a sua acção.

O quarto grupo temático, constituído pelos quadros 5, 6 e 7, descreve de forma exaustiva valências espaciais directamente relacionadas com a prática desportiva, nomeadamente os recintos desportivos, os balneários existentes e a área destinada à admissão de público.

Por fim, a última área de caracterização, grupo cinco, quadro 8, quantifica as taxas de ocupação da infra-estrutura e descreve-as quanto ao tipo de modalidades praticadas, segundo escalão etário dos utilizadores e entidades responsáveis pelos diversos períodos de ocupação.

Ficha de Caracterização das Organizações Desportivas

Este instrumento pretende constituir a recolha de informação necessária para a descrição geral das diversas organizações desportivas, relativamente ao seu enquadramento jurídico, social, espacial e operacional, materializado nos serviços prestados à comunidade em que está inserida.

Esta ficha de caracterização divide-se nos seguintes itens:

- ⇒ Identificação da organização e do seu representante oficial.
- ⇒ Enquadramento da organização por via da filiação noutros organismos.
- ⇒ Quantificação do seu número de associados.
- ⇒ Identificação do responsável geral da área desportiva.
- ⇒ Quantificação das actividades e ou modalidades desportivas em que desenvolvem a sua actividade e respectivo contexto competitivo.
- ⇒ Caracterização dos recursos espaciais, nomeadamente no que se refere a instalações sociais e desportivas de que são proprietários.
- ⇒ Caracterização dos recursos humanos.
- ⇒ Identificação de bens móveis e circulantes.
- ⇒ Descrição dos diversos tipos prestados, considerando o enquadramento técnico, regime de frequência, população envolvida e regime competitivo.

No que concerne ao preenchimento das organizações desportivas, numa primeira fase procedeu-se à entrega do questionário a todas as associações

desportivas com cadastro na Câmara Municipal de Resende e que colaboraram connosco.

O número de questionários preenchidos e devolvidos não atingiu a amostra pretendida (18 associações) e que tínhamos disponível, sendo assim apenas recebemos 6 questionários o que corresponde a 33% da amostra inicial relativamente às associações existentes no concelho; no entanto conseguimos recolher das principais associações com prática desportiva no concelho.

Os inquéritos respeitantes ao levantamento das infra-estruturas foram todos preenchidos, com a ajuda do responsável operacional das instalações. Por último, foram recolhidas informações, junto do Vereador do Pelouro de Fomento do Mundo Rural e do Desporto, Engenheiro Fernando Jorge Teixeira, acerca das actividades que a autarquia organiza e pretende organizar para a comunidade, tanto a curto, médio e longo prazo.

6 – Apresentação e discussão dos resultados

Situação Desportiva no Concelho de Resende

Dividiremos a apresentação dos resultados em três pontos: Caracterização das Instalações Desportivas; Associativismo Desportivo e por fim apresentaremos o Plano de Actividades da Autarquia.

6.1 – Caracterização das Instalações Desportivas

Foram identificados no Concelho de Resende 24 equipamentos desportivos, distribuindo-se em 11 Campos de Futebol, que se destinam à prática desta modalidade e que algumas vezes são utilizados para a realização de jogos tradicionais que se possam organizar em cada uma das freguesias. Será relevante evidenciar que alguns destes campos se encontram um pouco deteriorados, dado o grau de ocupação ser muito reduzido ou mesmo inexistente, deste modo pode ver-se que nem sempre a existência de instalação corresponde à prática desportiva e que são necessárias mais medidas de promoção dessa prática. Destes 11 campos, apenas o Campo de Fornelos, na freguesia de Resende, onde se realizam competições regulares, se encontra em bom estado, com condições mínimas para a sua utilização; existem ainda 7 Pavilhões Gimnodesportivos, pertencendo ao Município apenas 4, e os restantes 3 pertencem respectivamente à Escola Externato D. Afonso Henriques, à Escola EB2 de Resende e ao Seminário de Resende. Só em ocasiões excepcionais é que a Câmara Municipal estabelece protocolos com estas entidades para o uso dessas instalações, o que não acontece neste momento.

Prosseguindo, o Concelho possui ainda duas Piscinas Municipais, as cobertas e as descobertas, 2 pequenos tanques recreativos, 2 cortes de ténis e um espaço de jogo e recreio.

As instalações serão classificadas segundo a Lei de Bases do Sistema Desportivo, contudo elas não possuem as características essenciais dessa classificação, mas serão aproximadas segundo as suas condições e requisitos. Assim, e de acordo com a Tipologia das Instalações Desportivas (Decreto-Lei nº 317/97, de 25 de Novembro) uma grande maioria das instalações desportivas formais assumem uma função formativa. Independentemente de poderem ser classificadas como instalações especializadas, como por exemplo as Piscinas Municipais ou pontualmente serem usadas para espectáculos desportivos, como o caso do Pavilhão Municipal, apesar das condições para o efeito serem escassas.

Deste modo, as instalações desportivas possuem uma utilização formativa primordial porquanto durante o horário curricular são ocupadas por diversas escolas do concelho, desde Centros Escolares até à Escola Secundária, estando reservados para a população estudantil, não tendo sido facultado dados específicos relativos à ocupação durante o tempo escolar, sendo apenas obtida informação que em tempo escolar determinadas instalações (as quais serão especificadas na análise detalhada de cada uma) estão ocupadas com aulas de Educação Física.

Assim sendo, os dados que apresentaremos de seguida referem-se ao horário extracurricular (em parte coincidente com o horário pós laboral) ao serviço da população em geral e do movimento associativo em particular, pelo que, a taxa de ocupação se refere a este período compreendido entre as 16:00-24:00h de segunda a sexta-feira e ao sábado com um horário compreendido entre as 8:30-20:00h, podendo variar de instalação para instalação. Todas as instalações se encontram encerradas ao Domingo com excepção das instalações de base recreativa que se encontram disponíveis durante o Verão ou época balnear, como as piscinas descobertas, o tanque construído recentemente em Aregos, o tanque de Porto de Rei e os cortes de ténis (classificados como instalações especializadas).

O espaço de jogo e recreio pode ser utilizado a qualquer hora pela população quando assim o desejar.

Desta forma, a análise que se segue vai incidir nas instalações desportivas que permitem a prática desportiva seja ela recreativa, orientada ou não, federada e que se encontram acessíveis à população durante todo o ano, as quais dividiremos em Pavilhões, Grandes Campos de Jogo e Piscinas:

6.1.1 - Pavilhões

⇒ Pavilhão Municipal de Resende

Possui uma área de implantação de 2690 m² e uma área desportiva de 1090 m². Este pavilhão gimnodesportivo possui várias funções, pois sempre que a câmara organiza eventos desportivos é nele que são consumadas, assim poderá ser considerado como um pavilhão multiusos. É uma instalação desportiva de base formativa, encontrando-se maioritariamente ocupado pelas aulas de Educação Física da Escola Secundária D. Egas Munis, além dos treinos de Gira-Volei e outras actividades formativas.

Sendo assim, em tempo lectivo o pavilhão municipal encontra-se principalmente ocupado com as aulas de Educação Física, de segunda a sexta-feira. Após este horário (17:00h), o pavilhão é ocupado por várias entidades (associações) com fins particularmente recreativos. Ao sábado o pavilhão encontra-se aberto até às 20:00h, sendo ocupado na parte da manhã pelo Gira-Volei. Deste modo, como podemos verificar no quadro abaixo, são disponibilizadas no pavilhão 46 horas semanais, estando 41 horas (89%) ocupadas por diversas associações e entidades, sendo que o restante horário está livre e disponível para utilização. A modalidade forte e a praticada pelas associações é o Futebol sem qualquer orientação técnica.

Quadro nº6 – Horário de Ocupação Semanal – Pavilhão Municipal

Pavilhão Municipal			
	Total de horas disponíveis	Associações/Entidades	Horas Vagas
Nº de horas semanais	46 h	41 h	5 h
% de horas	100%	89%	11%

⇒ Pavilhão Gimnodesportivo de São Martinho de Mouros

O Pavilhão de São Martinho de Mouros possui uma área total de implantação de 2000 m² o que leva a uma área desportiva de 1012 m², possuindo acesso facilitado e com parque de estacionamento. O modo de funcionamento é semelhante ao Pavilhão Municipal, apresentando uma área desportiva menor.

Poder-se-á classificar como uma instalação desportiva de base formativa, visto que diariamente acolhe as crianças do Centro Escolar de S.M.M. e além disso é ocupado maioritariamente, no horário pós-laboral, por várias entidades associativas, encontrando-se disponível para os treinos do Clube Desportivo Recreativo e Cultural de S.M.M., tendo uma carga horária bastante alongada. O Pavilhão poderá ser considerado como polivalente, pois permite a prática de diversas actividades desportivas.

Podemos observar no quadro nº 7 que 58% do tempo total que se encontra à disposição da gestão da autarquia está ocupado por associações desportivas, ocupando 22 horas em 46 horas semanais disponíveis, encontrando-se 24 horas vagas sem qualquer ocupação relativa a prática desportiva.

Quadro nº7 – Horas de Ocupação Semanal – Pavilhão Gimnodesportivo de S.M.M.

Pavilhão Gimnodesportivo de S.M.M.			
	Total de horas disponíveis	Associações	Horas Vagas
Nº de horas semanais	46h	22h	24h
% de horas	100%	42%	58%

⇒ Pavilhão Gimnodesportivo de Anreade

O Pavilhão Gimnodesportivo de Anreade possui uma área de implantação de 3590 m², tendo uma área desportiva de 1500 m².

Ao contrário das instalações desportivas descritas acima, este pavilhão possui uma sala de desporto, incluída na área desportiva. Foi construído recentemente, por isso tem acessos mais facilitados, contendo um parque de

estacionamento e possui melhores condições que os anteriores para os praticantes, espectadores, entre outros. Mediante as condições que a instalação apresenta classificámo-la como uma instalação desportiva de base formativa, sendo um pavilhão polivalente permitindo a prática de diversas actividades desportivas.

Durante o ano lectivo está disponível para aulas às crianças do 1º Ciclo do Ensino Básico, estando livre, em semelhança com os outros anteriores, no horário extracurricular.

A presença da Selecção de Cadetes Masculinos de Voleibol ocupam uma grande parte deste horário disponível, tanto no Pavilhão, como na Sala de Desporto, pelo facto de este se encontrar equipado convenientemente a nível de marcações de campos, possuindo um campo de Voleibol na longitudinal e dois na transversal, além de na Sala de Desporto possuir uma série de material de musculação. Nesta são também realizadas aulas de fitness em horário pós laboral, às quais todos podem ter acesso. As restantes associações que ocupam o horário disponível praticam actividades de carácter informal, sem qualquer orientação técnica e a modalidade predominante é o Futebol.

Assim, tal como os pavilhões anteriores, o Pavilhão Gimnodesportivo de Anreade apresenta 46 horas livres para a prática desportiva da população, estando 24 horas (58%) ocupadas com associações, havendo 22 horas livres (42% das horas disponíveis).

Relativamente à Sala de Desporto, com o mesmo número de horas disponíveis, possui 12 horas (26%) ocupadas e 24 horas vagas, o que corresponde a 74%, como se pode verificar no quadro que se segue:

Quadro nº8 – Horas de Ocupação Semanal – Pavilhão Gimnodesportivo de Anreade

Pavilhão Gimnodesportivo de Anreade				
		Total de horas disponíveis	Associações	Horas Vagas
Pavilhão	Nº de horas semanais	46h	24h	22h
	% de horas	100%	58%	42%
Sala de Desporto	Nº de horas semanais	46h	12h	34h
	% de horas	100%	26%	74%

⇒ Pavilhão Gimnodesportivo de Freigil

Este pavilhão foi construído recentemente (2007) com uma área de implantação de 2680 m² e com uma área desportiva 1170 m².

As condições de acesso não são as melhores devido ao local onde foi construído, não apresentando taxa de ocupação, estando assim totalmente disponível para a prática desportiva através do aluguer do espaço. No entanto já foram organizados torneios de Futsal. Poderá ser classificado como polivalente e uma instalação de base recreativa.

6.1.2 - Grandes Campos

⇒ Estádio de Fornelos

Esta instalação desportiva, relativamente à sua tipologia faz parte dos Grandes Campos de Jogos e a sua utilização é meramente de base formativa, pelo facto de se encontrar entregue ao associativismo desportivo, sendo o Grupo Desportivo de Resende que o utiliza desde as camadas jovens aos seniores.

Apesar de a classificarmos como tal, as condições não são as melhores, pelo facto de não apresentar condições para os espectadores, para os jornalistas e baixos níveis de segurança. Apresenta as medidas regulamentares, primeiros socorros e bons acessos. Sendo assim, esta

instalação apesar de pertencer ao Município não se encontra disponível para a população do concelho, por razões anteriormente referidas.

6.1.3 - Piscinas

⇒ Piscinas Descobertas

As piscinas descobertas possuem uma área total de implantação de 5346,60 m² e uma área desportiva de 362,60 m², sendo uma grande parte relvado e esplanada. São usufruídas pelos cidadãos com encargos financeiros, destinam-se apenas à prática recreativa, apesar do tanque grande possuir condições para a formação e para a competição, bem como o tanque pequeno para a aprendizagem ao meio aquático, podendo ser classificada como um instalação desportiva de base recreativa. Contudo, após a abertura das piscinas cobertas, as aulas de manutenção e aprendizagem, durante a época balnear, deixaram de existir nesta instalação. Encontra-se aberto ao público, todos os dias da semana das 10:00 às 21:00 h, sendo frequentada por todas as faixas etárias da população.

⇒ Piscinas Cobertas

As piscinas cobertas foram construídas recentemente com uma área de implantação 2300 m², tendo uma área desportiva de 500 m², existindo dentro desta dois tanques (um de competição, 25 metros, e outro de formação) e um mini ginásio que se encontra em fase de acabamento, não estando de momento aberto ao público.

Classificamos esta instalação desportiva como de manutenção e de formação na modalidade específica. As piscinas são frequentadas por cidadãos das diversas faixas etárias, havendo aulas de hidroginástica, de aprendizagem, de manutenção e horas de regime livre.

Durante o período escolar encontra-se, tal como as restantes instalações citadas anteriormente, ocupada por escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico, Jardins-de-infância, Escola Secundária e ainda por pessoas com Necessidades Educativas e Especiais, no entanto diverge das restantes, pelo facto de haver

sempre espaço livre para a prática de Natação pelas pessoas que assim o entenderem. Contudo, estas horas disponíveis aos cidadãos durante o dia poderão ou não estarem ocupadas, podendo existir horas mortas a este nível, não sendo possível adquirir dados concretos. Desta forma, contabilizaremos de igual modo, o horário extracurricular que tem início às 16:00 horas terminando às 21:00h, o que soma 32 horas semanais incluindo o dia de sábado (7 horas disponíveis). Este horário é ocupado maioritariamente por aulas de Natação e hidroginastica, havendo sempre pistas vagas para a prática de Natação por parte da população não inscrita nas aulas, no entanto existem horas exclusivas para regime livre.

Assim sendo, no Tanque Grande encontram-se 4 horas (13%) ocupadas pelo Clube de Natação, 8 horas (25%) para aulas formais, o que corresponde a um total de 12 horas ocupadas, existindo 20 horas para regime livre sem qualquer ocupação formal.

Quanto ao Tanque Pequeno, igualmente com um total de 32 horas, as quais se distribuem por 25 horas para aulas formais, o que corresponde a 78% do total de horas disponíveis, restando 7 horas para regime livre sem qualquer ocupação formal, sendo 22% do horário livre.

Por fim, podemos concluir que em 32 horas disponíveis, o Tanque Grande possui uma ocupação de 12 horas (38%) e o Tanque Pequeno, nas mesmas horas disponíveis, 25 horas se encontram ocupadas, ou seja 78% do total disponível, como é visível no quadro seguinte.

Quadro nº9 – Horas de Ocupação Semanal – Piscinas Municipais Cobertas

	Regime Livre	Formal	Associações	Total de horas/semana ocupadas	Total de horas disponíveis
Tanque Grande	20h	8h	4h	12h	32h
% de horas	62%	25%	13%	<u>38%</u>	100%
Tanque Pequeno	7h	25h	0h	25h	32h
% de horas	22%	78%	0%	<u>78%</u>	100%

Perante os horários de ocupação é relevante efectuarmos um levantamento da população que contribui para essa ocupação. Desta forma,

dentro do horário de ocupação do Tanque Grande, chegamos à conclusão (figura nº6) que 75% das horas (6 horas) são ocupadas com aulas de Manutenção para Adultos, enquanto apenas 25% (2 horas) para crianças, que inclui até aos 12/13 anos.

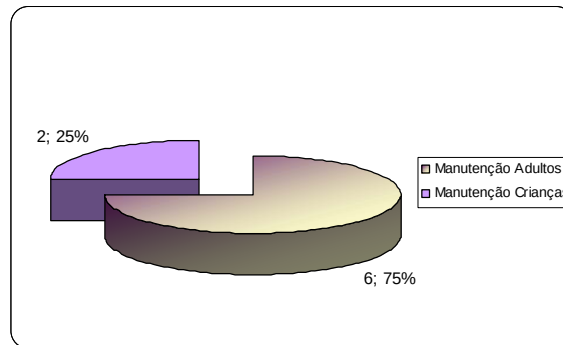


Figura nº6 – População que ocupa o Tanque Grande

Quanto ao tanque pequeno, o horário de ocupação é muito superior, sendo 25 horas semanais. Estas horas encontram-se ocupadas principalmente com aulas de Hidroginástica, ou seja com 48% (12 horas), como se verifica na figura nº7, seguidamente aparece a Aprendizagem para Crianças e Adultos em número igual, 24% (6 horas) e por fim a Natação para beb es com apenas 1 hora semanal, como comprova o gráfico que se segue.

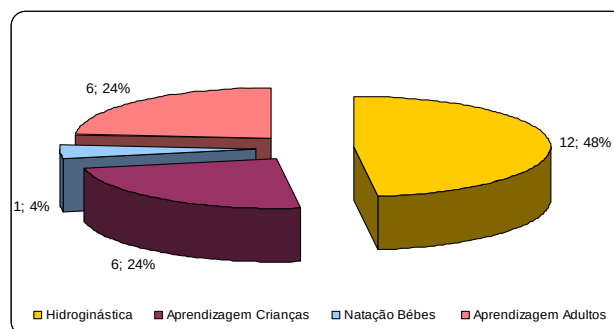


Figura nº7 – Popula o que ocupa o Tanque Pequeno

Desta forma, podemos concluir que existe uma abrangência de toda a popula o, havendo oportunidade para todos os escalões etários existentes, podendo escolher mediante as suas capacidades e as suas idades.

Seguidamente apresentamos um quadro resumo de todas as instalações com as respectivas classificações atribuídas.

Quadro nº10 – Tipologia das Instalações

	Base Formativa	Base Recreativa	Desportiva Especializada	Espectáculo Desportivo	Total
Campo de Fornelos	X	–	–	–	
Pavilhão Municipal	X	–	–	–	
Pavilhão Gimnodesportivo de S.M.M.	X	–	–	–	
Pavilhão Gimnodesportivo de Anreade	X	–	–	–	
Pavilhão Gimnodesportivo de Freigil	–	X	–	–	
Piscinas Descobertas	–	X	–	–	
Piscinas Cobertas	X		–	–	
Piscinas de Aregos	–	X	–	–	
Piscinas de Porto de Rei	–	X	–	–	
Corte de Ténis	–	–	X	–	
Total	50%	40%	10%	0%	100%

Como podemos verificar através do quadro acima e do gráfico que se segue 50% (5 instalações) das instalações foram classificadas como base formativa, 40% (4 instalações) como base recreativa e uma instalação como desportiva especializada, não sendo nenhuma classificada como espectáculo desportivo, apesar dos espectáculos desportivos serem organizados no Pavilhão Municipal, no entanto este não possui os requisitos mínimos para a sua organização, assim não foi classificada como tal.

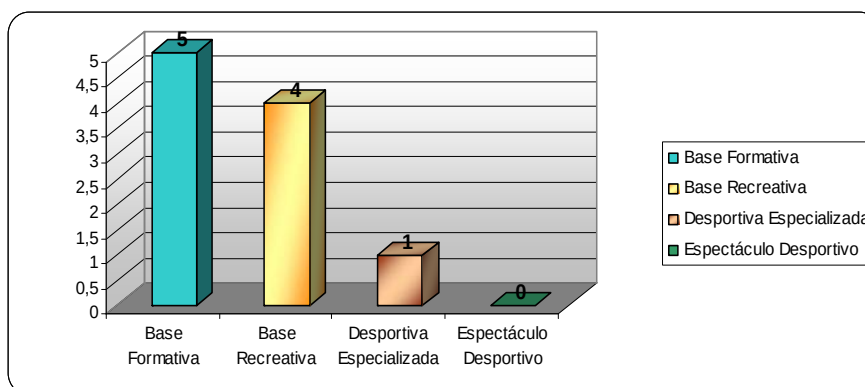


Figura nº8 – Número de Instalações Desportivas por Classificação

Todos estes equipamentos citados anteriormente são de Gestão Autárquica, sendo estes os equacionados para este estudo. Desta forma, o município possui uma área desportiva de 13.634.60 m² distribuída como mostra o quadro abaixo:

Quadro nº11 - Área Desportiva por Instalação.

Pavilhões	Área Desportiva (m ²)
Pavilhão Municipal	1090
Pavilhão Gimnodesportivo de S.M.M	1012
Pavilhão Gimnodesportivo de Anreade	1500
Pavilhão Gimnodesportivo de Freigil	1170
Estádio de Fornelos	8000
Piscinas descobertas	362.60
Piscinas cobertas	500
Total	13.634.60 m²

As Instalações Desportivas analisadas somam uma taxa de ocupação de 158 horas em 216 horas disponíveis na totalidade das instalações após o horário escolar (quadro nº12).

Quadro nº 12 – Taxa total de ocupação das Instalações Desportivas

Pavilhões	Nº de horas ocupadas	Nº de horas disponíveis
Pavilhão Municipal	41	46
Pavilhão Gimnodesportivo de S.M.M	22	46
Pavilhão Gimnodesportivo de Anreade	24	46
Pavilhão Gimnodesportivo de Freigil	0	46
Piscinas Municipais Cobertas	25	32
Total	158	216
% Total de Ocupação das Instalações Desportivas	73%	100%

A instalação que possui uma carga horária superior, 41 horas, é o pavilhão municipal, esta situação deve-se principalmente ao facto de ser o mais antigo e também devido à sua localização, pois situa-se mesmo no centro da vila, freguesia com maior número de população residente, proporcionando-lhes um acesso facilitado.

Seguidamente, temos o pavilhão de Anreade, o qual apresenta uma ocupação semanal de 24 horas, o que se deve à presença da selecção de cadetes masculinos, sendo ocupado maioritariamente por esta.

Em seguida, temos as piscinas cobertas com uma ocupação de 25 horas, variando do tanque pequeno e no grande, em 4º lugar o pavilhão de S. Martinho de Mouros com um horário de ocupação de 22 horas semanais, sendo uma grande parte ocupado pelo Clube Desportivo Recreativo e Cultural, pelo facto de apresentar dois escalões no Futsal masculino. Por último, com zero horas o Pavilhão de Freigil, por razões já anteriormente citadas.

Será importante efectuar uma nova divisão e classificação das instalações supra mencionadas, visto existirem instalações com e sem encargos financeiros. Sendo, assim a população do concelho de Resende apenas possui à sua disposição 3 instalações sem encargos financeiros, como nos mostra o quadro que se segue.

Quadro nº 13 – Instalações com (X)/sem (–) Encargos Financeiros

Instalações	Encargos Financeiros	Sem Encargos Financeiros
Pavilhão Municipal	X	–
Pavilhão Gimnodesportivo de S.M.M	X	–
Pavilhão Gimnodesportivo de Anreade	X	–
Pavilhão Gimnodesportivo de Freigil	X	–
Piscinas descobertas	X	–
Piscinas cobertas	X	–
Piscinas de Aregos	X	–
Piscinas de Porto de Rei	–	X
Corte de Ténis	X	–
Espaço de jogo e recreio	–	X
Campos de Futebol	–	X

Perante o apresentado, o Concelho de Resende possui um conjunto de instalações desportivas destinadas à prática desportiva informal e não formal que poderão ser utilizadas sempre que os cidadãos o entendam sem encargos financeiros, mas estas são poucas e as que existem já não se encontram nas melhores condições, como por exemplo os campos de Futebol existentes nas freguesias, a maioria destes encontram-se repletos de erva e giestas, pelo facto de não serem mantidos limpos e também há pouca utilização por parte dos residentes.

Dos restantes equipamentos desportivos, apenas existe um pequeno tanque, em Porto de Rei que pode ser utilizado na época balnear sem qualquer custo monetário e também o espaço de jogo e recreio, o qual possui um campo de Street-Basket. Todas as restantes instalações, para que a população tenha acesso a elas terá que as alugar.

6.2 – Associativismo Desportivo do Concelho

Após o levantamento de todas as associações existentes no concelho (18 associações), apenas conseguimos a colaboração de 6 para o preenchimento dos nossos questionários. Contudo, as associações mais importantes colaboram connosco, dado que são as que possuem prática

desportiva, equipas (federadas ou não) e ocupam em parte as instalações desportivas existentes no concelho, nomeadamente as que pertencem à autarquia.

As associações que se desinteressaram por colaborar no nosso trabalho são, na sua maioria associações ditas recreativas e culturais com práticas que não se inserem no âmbito da prática desportiva. Daí só uma classificação abrangente de associação permite considerar que em Resende existem 18 associações. Ainda que, algumas delas possam de forma irregular, não sistemática e pouco organizada, permitir aos seus membros “práticas” que obriguem ao aluguer de um pavilhão durante uma ou duas horas semanais.

Atendendo ao quadro seguidamente apresentado, onde citamos as associações que se disponibilizaram para colaborar no nosso estudo, sendo visível a data de fundação de cada uma, o que nos leva a referir que, recentemente têm surgido algumas colectividades. Assim podemos afirmar que o concelho se encontra em desenvolvimento, relativamente ao associativismo desportivo. Desde o ano 2000 surgiram três colectividades, sendo duas com clubes formados, que é o caso da Associação de Ténis de Mesa e o Clube de Natação. Das associações apresentadas, a mais conceituada do concelho e a mais antiga é o Grupo Desportivo de Resende, pois apresenta um grande prestígio na população.

A Associação Recreativa e Desportiva de Cárquere é a que se segue, a nível de antiguidade, no entanto a prática desportiva é relativamente recente, bem como o Clube Desportivo Recreativo Cultural de S.M.M que formou a equipa de Futsal recentemente e tem obtido bons resultados a nível distrital.

O Desporto no Concelho de Resende

Quadro nº 14 - Data de fundação das colectividades

Colectividades	Data
Grupo Desportivo de Resende	1928
Associação Recreativa e Desportiva de Cárquere	1980
Clube Desportivo Recreativo Cultural de S.M.M	1989
Associação de Ténis de Mesa do Distrito de Viseu	2000
Associação Amigos do S. Cristóvão	2004
Clube de Natação de Resende	2007

As conclusões a retirar do quadro e do gráfico referentes à caracterização dos dirigentes por sexo não revela surpresa para nós, pelo facto de já adivinharmos a clara supremacia do género masculino, 15 elementos para 6 associações, sendo 100% dos dirigentes masculinos, não havendo nenhum elemento do sexo feminino.

Quadro nº 15 - Caracterização dos Dirigentes por Sexo

Sexo	Número
Masculino	15
Feminino	0
Total	15

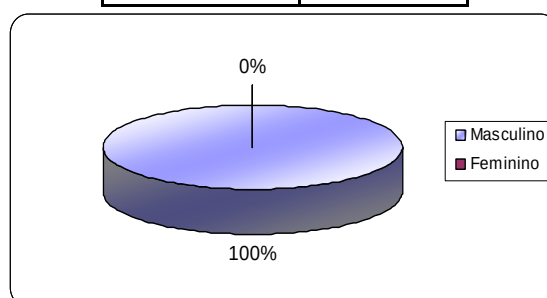


Figura nº9 – Percentagem de Dirigentes por Sexo

Relativamente aos clubes existentes no concelho, o número de sócios (quadro nº 16) é de 629, na sua totalidade, havendo uma supremacia clara do Grupo Desportivo de Resende, com 538 associados, sendo uma grande maioria do sexo masculino, 481 para 57 associados do sexo feminino.

Seguidamente, temos a Associação de Ténis de Mesa com 50 sócios, sendo 9 do sexo feminino e 41 do sexo masculino.

O Clube de Natação encontra-se em crescimento, visto que a sua inauguração foi à relativamente pouco tempo e certamente este número de sócios já cresceu desde a realização do nosso questionário, mas de momento apresenta 25 sócios (11 do sexo masculino e 14 do sexo masculino).

Por último, temos a Associação Recreativa Desportiva e Cultural de Cárquere com 16 associados que se subdividem em 5 do sexo feminino e 11 do sexo masculino.

O Clube Desportivo Recreativo e Cultural de S.M.M. não deu a conhecer o número de sócios inscritos nessa associação, por isso não constarem no quadro seguinte.

Quadro nº 16 – Número de Sócios por Associação

Associações/Clubes	Número de sócios								Total de cada associação
	0-14		15-24		25-64		+ de 64		
	F	M	F	M	F	M	F	M	
Clube Desportivo Recreativo e Cultural de S.M.M									
Clube de Natação de Resende	5	2	9	7		2			25
Grupo Desportivo de Resende	1	2	7	80	49	367	0	32	538
Associação de Ténis de Mesa do Distrito de Viseu	7	12	2	23	0	6	0	0	50
Associação Recreativa e Desportiva de Cárquere			3		2	11			16
Total	13	16	21	110	51	386	0	32	629

Desta forma, podemos referir que existe uma participação inexistente, do sexo feminino, relativamente aos cargos dos dirigentes, pois é difícil uma senhora ocupar cargos dirigentes no associativismo desportivo, assim torna-se mais fácil demonstrar a intenção de se tornar associada de uma qualquer associação desportiva.

A participação das mulheres no movimento associativo é no geral reduzida, mas revela-se essencialmente nos corpos dirigentes.

Neste seguimento apresentamos o gráfico nº10 que evidencia a clara primazia do sexo masculino com 86% relativo ao sexo feminino com apenas 14% dos associados.

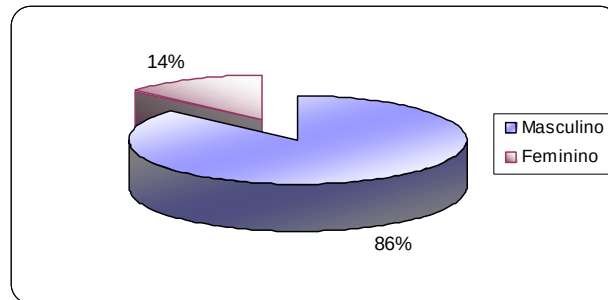


Figura nº 10 - Caracterização dos Associados por Sexo

Tendo em conta as instalações desportivas utilizadas pelas diversas associações, como nos confirma o gráfico nº11, nenhuma das associações possui instalações próprias enquanto 83% que corresponde a 5, as instalações desportivas são cedidas pela Câmara Municipal.

Assim poder-se-á concluir que a grande maioria satisfaz as suas necessidades de prática desportiva com o apoio da autarquia em termos de cedência de instalações desportivas.

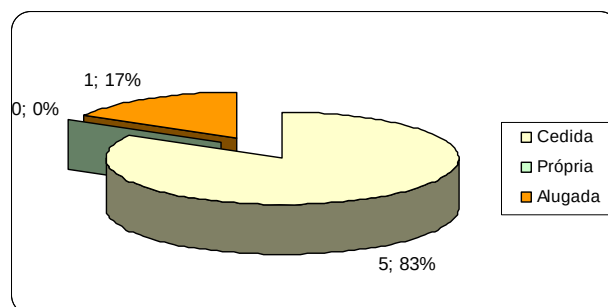


Figura nº 11 - Instalação Desportiva Utilizada

Relativamente ao património de cada uma das associações (gráfico nº12), apenas o Grupo Desportivo de Resende possui sede própria, tendo todas as restantes sedes cedidas.

O Desporto no Concelho de Resende

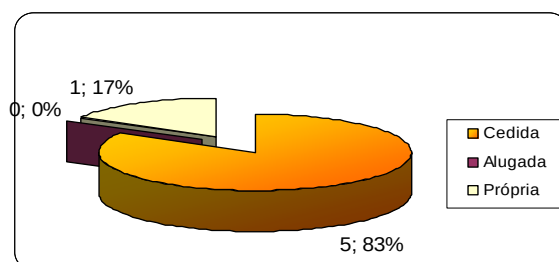


Figura nº 12 - Património das associações (sedes)

Ainda dentro do património de cada associação, incluímos as viaturas, havendo apenas 2 associações, que corresponde a 33%, ao contrário de 67% que não possuem viatura própria.

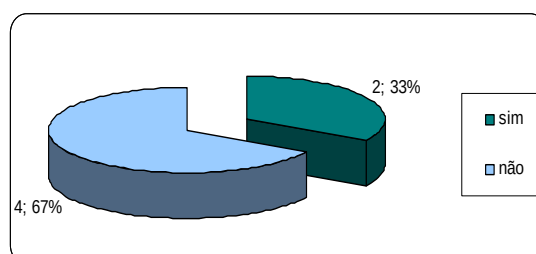


Figura nº13 - Viaturas

Deste modo, e perante o referido acima relativo às diversas associações, resta-nos efectuar um levantamento dos praticantes onde iremos referir o escalão que faz parte dessas associações e praticam actividade desportiva federada ou não federada.

Quadro nº17 - Número de Atletas por Associação

Associações	Sexo/Escalão		Nº de Atletas		Total	
	F	M	F	M		
Associação de Ténis de Mesa do Distrito de Viseu	Juniores/Cadetes	Juniores/Cadetes/Seniores	9	41	50	Atletas federados
Grupo Desportivo de Resende	Infantis	Infantis/Iniciados/Juvenis/Seniores	1	108	109	
Clube Desportivo Recreativo Cultural de S.M.M		Juniores/Seniores		30	30	
Clube de Natação de Resende	Todos os escalões	Todos os escalões	13	12	25	Atletas não federados

O Desporto no Concelho de Resende

Associação Amigos do S. Cristóvão		Seniores		15	15	dos
Associação Recreativa e Desportiva de Cárquere		Seniores		16	16	

Verificamos no quadro acima e no gráfico abaixo apresentado que o Grupo Desportivo de Resende é o que possui mais atletas distribuídos pelos diversos escalões, também por isso é o clube mais forte e conceituado do concelho, possuindo 45% dos atletas federados existentes no concelho, o que corresponde a 109 atletas federados.

Seguidamente aparece a associação de Ténis de Mesa com 41 atletas federados, correspondendo a 20%, por último e igualmente com atletas federados, aparece o Clube Desportivo Recreativo e Cultural de S.M.M., o qual apresenta 30 atletas (12%) distribuídos por duas equipas, uma de juniores e outra de seniores, tendo apenas a modalidade de Futsal.

O Clube de Natação foi formado recentemente e possui apenas 25 atletas não federados, o que equivale a 10%, que possivelmente virão a tornar-se federados, num futuro próximo, distribuídos pelos diversos escalões.

Na associação dos Amigos do S. Cristóvão os seus associados (cerca de 6% dos praticantes) participam em algumas actividades, como por exemplo no corta-mato municipal, torneios de Futsal, contudo a modalidade que predomina é o Futsal, sendo uma prática informal, não havendo atletas federados nem orientação de técnicos especializados.

A Associação Recreativa e Desportiva de Cárquere, a nível desportivo, apenas participa no campeonato distrital de INATEL, possuindo uma equipa de Futebol de 11 constituída por 16 atletas não federados, correspondendo a uma percentagem de 7% como se pode verificar no gráfico apresentado.

O Desporto no Concelho de Resende

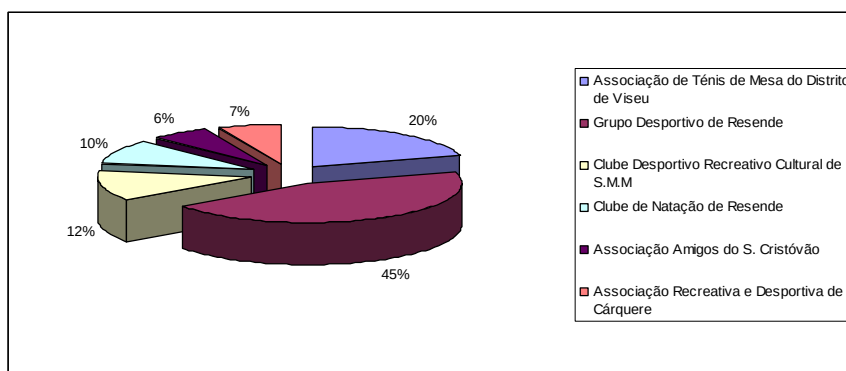


Figura nº14 - Percentagem de atletas por associações

Todas estas associações contribuem para a taxa de ocupação nas diversas instalações. Contudo, é necessário referir que a Associação de Ténis de Mesa utiliza as instalações da Escola Externato D. Afonso Henriques, a qual fornece o material para os atletas treinarem, pois a câmara apenas comparticipa com uma ajuda monetária muito reduzida, não apoiando muito esta modalidade, sendo a mais forte o Futebol de 11, mesmo o Futsal fica um pouco de parte.

Como conclusão desta análise podemos retirar que apenas duas associações possuem escalões de formação nas modalidades que praticam.

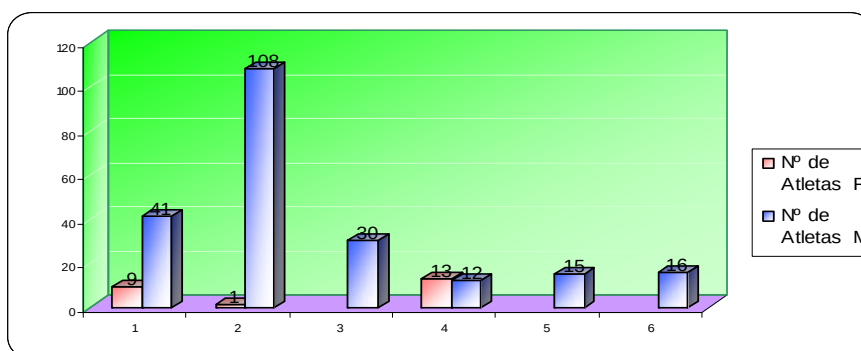


Figura nº15 - Número de Atletas por sexo

Através da análise do quadro acima e do gráfico, podemos retirar que o número de atletas/praticantes masculinos corresponde a um número bastante superior relativamente ao número de atletas/praticantes femininos, de onde

retiramos que o sexo masculino possui mais vontade e mais facilidade em praticar desporto, possuindo mais hipóteses de escolha. Já que apenas três associações se encontram abertas a inscrições femininas, sendo o grupo desportivo de Resende apenas nos infantis, pelo facto de poderem ser equipas mistas. Também podemos concluir que os escalões júnior e sénior são os que possuem uma maior adesão de atletas, sendo maioritariamente masculinos. Assim podemos referir que o movimento associativo, ainda não consegue dar resposta à prática desportiva no feminino, existindo poucas actividades/modalidades por onde escolher.

Deste modo, e de acordo com os números apresentados anteriormente, a prática desportiva no movimento associativo dirige-se prioritariamente para as práticas federadas, para o futebol e para o sexo masculino.

Quanto às associações que não contribuíram para este estudo, mas que contribuem para a taxa de ocupação, é do nosso conhecimento que uma grande maioria da ocupação das instalações, é por população masculina em actividades não formais, nas quais lidera o Futebol. Apenas nas aulas de fitness no pavilhão de Anreade e S.M.M. é o sexo feminino que lidera, pois ainda existe algum preconceito relativamente ao sexo oposto na prática destas actividades.

Para confirmar o que foi dito, atente-se ao gráfico seguinte, que nos descreve em pormenor a relação entre atletas femininos e masculinos, evidenciando uma clara maioria do sexo masculino com 91% relativa ao sexo feminino com 9%.

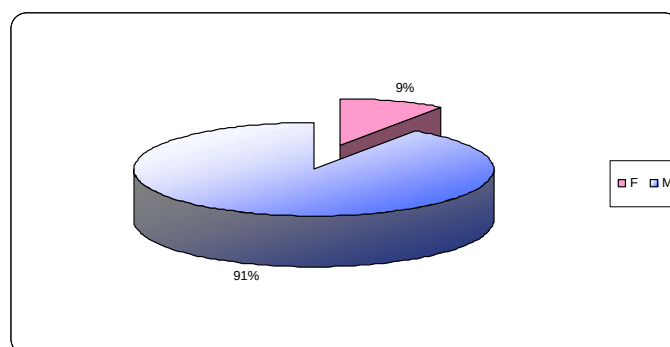


Figura nº16 - Número de Atletas por Sexo

6.3 – Plano de Actividades Promovidas pela Autarquia

Antes de iniciarmos a descrição das actividades promovidas pela autarquia do Concelho, importa salientar a relevância da mesma na promoção de actividades para os seus munícipes neste domínio, que abranjam desde as faixas etárias mais baixas até às mais altas, incluindo os idosos, grupo etário não menos importante, no entendimento alargado dos objectivos da prática desportiva que temos vindo a expressar.

Perante o número reduzido de actividades que constam no plano de promoção de actividades desportivas da autarquia, optamos por fazer uma descrição de cada actividade a que se seguirá um quadro resumo que nos permite uma visão conjunta das mesmas.

Ao caracterizar cada actividade e sempre que possuímos dados, além da sua descrição, referimos a população alvo, o local de realização, o número de participantes, instituições envolvidas, envolvimento geral da população e sua inserção noutras actividades culturais do Concelho.

Desta forma, para uma análise mais adequada e pormenorizada das actividades, estas serão classificadas segundo algumas categorias, as quais surgirão no quadro resumo (nº18).

• Sarau Gímnico •

O programa, decorrente do Pelouro de Desporto é o Sarau de Actividades Gímnicas, o qual decorre no Pavilhão Municipal de Resende, sendo realizado anualmente cujo objectivo é incentivar as crianças à prática desportiva, bem como propiciar um convívio saudável entre os participantes. O evento conta com a participação de todas as escolas do concelho, sendo assim destinado à comunidade escolar, que vai desde os infantários às escolas secundárias, incluindo desta forma crianças e jovens de todo o concelho.

No presente ano contou com a participação de 620 crianças e jovens, número que tem crescido de ano para ano, que apresentaram uma grande variedade de coreografias incluindo ginástica de solo, acrobática, dança rítmica, dança pop e hipop.

• Corta Mato Municipal •

O Corta Mato Municipal é mais um evento organizado pela autarquia, com o intuito de motivar as crianças e jovens para a prática desportiva, aberto a todas as escolas do Concelho. Para atrair com mais relevância a atenção dos participantes, a Câmara contou com a presença da Campeã Nacional de Atletismo.

• Municipal Gira-Volei •

O Municipal Gira-Volei destina-se a todas as crianças e jovens entre os 8 e os 15 anos de idade, provenientes de várias escolas e entidades pertencentes ao concelho. É realizado um torneio de gira-volei, de acordo com cada escalão, apurando os vencedores. Nestes eventos a câmara oferece lanches e com a colaboração da Federação Portuguesa de Voleibol ofereceu t-shirts a todos os participantes.

• Grande Prémio de Atletismo – Cerejeira em Flor •

O Município de Resende e a Associação Paroquial “MiguelAnjo” em colaboração com a Associação de Atletismo do Porto organizam há três anos consecutivos, o Grande Prémio de Atletismo – Cerejeira em Flor, prevendo-se a presença de cerca de 500 participantes. O Grande Prémio de Atletismo – Cerejeira em Flor é um uma prova competitiva e uma prova convívio que são disputadas em percurso de estrada, percorrendo as artérias da Vila em troço da EN 222, no percurso entre a Vila de Resende e a Igreja Matriz de Anreade. O local da partida e de chegada situa-se em frente ao edifício do Município de

Resende. Nesta prova, de cariz competitivo, participam os escalões Benjamins B, Infantis, Iniciados, Desporto Adaptado para Atletas Deficientes Ambulantes, Juvenis, Seniores e Veteranos, num percurso de 750 metros (Benjamins B) a 9 km (Veteranos). A prova convívio é aberta a todos os interessados, de ambos os sexos e qualquer idade, num trajecto com cerca de 3 km. De referir que os 12 primeiros classificados da Prova Competitiva serão contemplados com prémios monetários que na sua totalidade somam 5.000 euros, sendo o primeiro prémio no valor de 500,00 euros. Todos os participantes receberão, ainda, uma t-shirt comemorativa do evento. O objectivo desta iniciativa é fomentar a prática de actividades desportivas na população do concelho, bem como atrair visitantes ao concelho numa época em que as suas encostas se revestem de um tom branco derivado às Cerejeiras em Flor.

• Taça de Portugal de Remos – Caldas de Aregos •

A Taça de Portugal de Remo é uma actividade que a Câmara Municipal tem assegurada até 2009. Esta é realizada no Cais Turístico-Fluvial de Caldas de Aregos, numa organização conjunta com a Federação Portuguesa de Remo.

As características naturais de Caldas de Aregos, com enormes potencialidades turísticas e termais, fazem deste local o ideal para a prática de desportos náuticos, sendo que a realização de eventos desportivos no rio tem sido uma grande aposta do Município que pretende promover o reencontro de Resende com o Douro enquanto motivo essencial para a afirmação do concelho e sua matriz de desenvolvimento.

No entanto, esta actividade não vem de encontro ao que nós pretendemos estudar, pelo facto de ser organizada para uma determinada população, mas à qual nem todos têm acesso, pois destina-se ao alto rendimento. Contudo, é e será sempre uma mais valia para o Concelho efectuar parcerias com as Federações de diversas modalidades, neste caso, a Federação Portuguesa de Remo e igualmente pelo facto de ser motivante para

o Clube Náutico que existe em Aregos, dando motivação aos praticantes deste clube e terem o contacto com a competição.

• Perícia Automóvel •

O Município toma iniciativa e com o apoio do Sport Clube da Régua realiza a perícia automóvel, atraindo vários concorrentes oriundos de todo o país, o que por sua vez atrai centenas de visitantes ao concelho.

• Triatlo Jovem •

Pelo terceiro ano consecutivo, Porto de Rei – Resende recebeu a prova de Triatlo Jovem de Resende. Uma iniciativa do Município de Resende em colaboração com o Clube Náutico de Aregos e com o apoio técnico da Federação de Triatlo de Portugal.

Os participantes estavam distribuídos pelos seguintes escalões: Benjamins, Infantis, Iniciados e Juvenis. Realizaram-se provas gerais, individuais ou por estafetas de 2 ou 3 elementos.

As provas realizaram-se com o segmento de natação a ser disputado pelos atletas no Rio Douro, seguiu-se a prova de ciclismo que foi realizada em piso de asfalto, finalizando com um percurso de corrida em piso de relva e terra batida, na zona envolvente ao parque fluvial.

• Selecção de Cadetes de Voleibol •

A Selecção Nacional de Voleibol de Cadetes Masculinos encontra-se a desenvolver um estágio permanente em Resende, que se prolongará até final do ano ou mesmo até 2009.

Os atletas encontram-se alojados em duas moradias adquiridas pelo Município e situadas no centro da Vila, realizando a sua preparação desportiva no Pavilhão Gimnodesportivo de Anreade e os seus estudos na Escola ES/3 D. Egas Moniz.

Este estágio permanente da Selecção Nacional resulta da assinatura de um protocolo de colaboração entre a Câmara Municipal de Resende e a Federação Portuguesa de Voleibol, pretendendo-se que a presença destes atletas em Resende funcione como um estímulo desportivo para os jovens da região.

• Escolinhas de Desporto •

Este é um projecto que a Câmara Municipal tem em desenvolvimento, com o intuito de iniciar a prática desportiva nas crianças e jovens do concelho. As modalidades que serão desenvolvidas serão o Voleibol e o andebol. O Município de Resende compromete-se a promover as condições inerentes à criação de uma Escola de Andebol, nomeadamente no apoio em instalações, materiais e transporte para a realização das actividades práticas, compartilhar nos encargos que envolvam as acções previstas no protocolo, garantir condições para o enquadramento técnico, em particular na formação, nos transportes e nas instalações e divulgar as diversas acções a desenvolver, possibilitando uma participação alargada da população.

Assim, com esta iniciativa pretende-se, no espaço de quatro anos, tornar o Andebol numa referência no Concelho de Resende, participando em todas as competições inclusivamente as de âmbito nacional.

Em resumo:

Concluimos que uma grande parte das actividades organizadas pela autarquia se relaciona com organizações do Sistema Desportivo Nacional, o que revela abertura do Município para a realização de iniciativas conjuntas com outras entidades. Dado o grau de desenvolvimento desportivo do Concelho, parece-nos uma atitude positiva apostar na colaboração. No entanto, como observamos no quadro nº18, as actividades com esse apoio encontram-se mais direccionadas para atletas e/ou praticantes desportivos não residentes no Concelho de Resende, sendo disso exemplos a organização do Triatlo Jovem,

a presença da Selecção de Cadetes de Voleibol e a Taça de Portugal de Remo. Neste tipo de iniciativas só o Grande prémio de Atletismo é aberto a toda a comunidade residente.

Em síntese:

- 6 das actividades são direccionadas para crianças e jovens;
- 2 destinam-se a todos os escalões e
- 1 destina-se ao escalão sénior.

Das actividades direccionadas para as crianças e jovens, apenas 2 não se destinam à população residente, sendo as restantes abertas à participação de todas as crianças e jovens do concelho, não federados.

É visível, ainda, que existem duas actividades que são organizadas para atletas federados e não federados, bem como residentes e não residentes, a Perícia Automóvel e o Grande Prémio de Atletismo, sendo apenas esta que abrange todos os escalões, desde os Benjamins aos Seniores.

Quadro nº18 – Actividades/População Alvo

População Alvo/Actividades	Escalões	Federados	Não federados	Residentes	Não Residentes
Sarau Gímico	Crianças e Jovens	–	X	X	–
Corta Mato Municipal	Crianças e Jovens	–	X	X	–
Municipal Gira-Volei	Crianças e Jovens	–	X	X	–
Grande Prémio de Atletismo – Cerejeira em Flor	Todos os escalões	X	X	X	X
Taça de Portugal de Remos – Caldas de Aregos	Todos os escalões	X	–	–	X
Perícia Automóvel	Seniores	X	X	X	X
Triatlo Jovem	Crianças e Jovens	X	–	–	X
Selecção de Cadetes de Voleibol	Jovens	X	–	–	X
Escolinhas de Desporto	Crianças e Jovens		X	–	X

7 – Conclusões

Antes de apresentarmos as conclusões do trabalho, será relevante referir que as condições particulares do Concelho de Resende, tal como o apresentamos no ponto 3, tornam pouco úteis, em termos meramente comparativos, o confronto dos resultados obtidos com o de outros concelhos de características muito diferentes.

Desta forma, constatamos que as instalações se encontram centradas na sede do concelho o que se percebe pelo facto de ser na Vila de Resende que está concentrado o maior número de habitantes, e os transportes existentes embora esporádicos, dirigem-se para a sede do concelho e não funcionam entre freguesias. As instalações desportivas que não se localizam na sede do concelho situam-se nas freguesias próximas desta.

No estudo específico que elaboramos sobre as instalações desportivas, concluímos que apenas o Pavilhão Gimnodesportivo de Freigil foi classificado como base recreativa, visto ter sido utilizado apenas para torneios “amadores” de Futsal, sendo as restantes instalações, analisadas, classificadas como base formativa.

As Piscinas Municipais Cobertas foram uma mais valia para o concelho, pelo facto de permitirem a prática de uma modalidade nova, a Natação e, também, devido ao modelo de gestão adoptado, que, diferentemente dos pavilhões, permite o acesso da população em geral à prática da modalidade, em moldes individuais, durante todos os dias da semana, (excepto ao Domingo) e em horários não acessíveis nas restantes instalações, ainda que ocupadas por entidades colectivas. Esta instalação proporcionou uma grande oferta à população do concelho, sendo mais frequentada por pessoas residentes na sede do concelho.

O grupo etário que prevalece a nível de prática desportiva, nesta instalação, vai entre os 20 e os 35/40 anos, contudo já é visível uma adesão às

aulas de hidroginástica por pessoas de idades superiores, não incluindo a designada terceira idade.

Como vimos, o tipo de instalações e a gestão que delas é feita também podem ser mais ou menos apelativos à participação da população, podendo ser mais convidativos à prática. Eventualmente o facto de a Natação ser uma modalidade individual, facilita uma forma de gestão que não obriga a pertencer a uma associação ou a um grupo informal que se crie de propósito. Tal como acontece com a ocupação dos pavilhões.

Os pavilhões de Resende (41horas), São Martinho de Mouros (22horas) e Anreade (24horas), freguesias de maior densidade populacional, apresentam uma taxa de ocupação superior ao de Freigil (0horas), visto não apresentar taxa de ocupação, no horário que nós consideramos (horário pós escolar).

Como foi construído recentemente ficando relativamente próximo do pavilhão de Anreade, já que Freigil faz fronteira com Anreade e apresenta um número reduzido de habitantes, leva-nos, desde já, a questionar a sua localização tendo em atenção parâmetros que tenham em conta a cobertura de todo o concelho.

Ao analisarmos o conjunto de freguesias do concelho podemos efectuar uma divisão geral entre as freguesias ribeirinhas, situadas junto ao Rio Douro ou muito próximas deste, e as freguesias serranas que se situam na encosta ou na Serra do Montemuro. Esta distinção remete-nos para diferentes condições de acesso às instalações desportivas e da prática desportiva das populações das freguesias serranas, em cuja área não existe nenhum pavilhão. É claro que o número de freguesias serranas é menor, sucedendo o mesmo a nível de população, contudo, pensamos que haveria ser proporcionado a estas as mesmas condições de acesso à prática desportiva e, deste modo, por em prática uma estratégia para que a população pudesse adquirir hábitos desportivos.

Constatamos que a nível de oferta desportiva, estas freguesias “serranas” se encontram um pouco esquecidas, o que acrescenta mais argumentos para questionar a localização do último pavilhão construído no

concelho (o referido Pavilhão Gimnodesportivo de Freigil). A construir mais um pavilhão, este poderia ter sido construído de modo a contribuir para uma implantação geográfica das instalações mais equilibrada. É que nem o critério de número de habitantes se verifica porquanto a freguesia de Freigil não é das mais populosas. Existem freguesias com mais população residente, como Cárquere e S. Cipriano e situadas na zona de transição para as freguesias serranas.

Referimos este aspecto mais pormenorizadamente porque a implantação de instalações desportivas tem de obedecer a critérios racionais que contemplem a natureza das instalações, objectivos da sua construção e as características do Concelho, geográficas e demográficas em particular. É que, as instalações desportivas, tais como, por exemplo, as da saúde, são instalações de cariz “regional” no sentido em que têm de ser concebidas com base em critérios além dos imediatamente locais. Ou seja, na impossibilidade e porque seria irracional a construção de todos os equipamentos desportivos (piscinas, campos, polivalentes etc.) em todas as freguesias, tem de haver critérios racionais que os distribuam pelo concelho sem esquecer o princípio da solidariedade dentro do próprio concelho.

Por último, e ainda concernente às instalações desportivas é importante referir que todas as instalações somam uma taxa de ocupação de 158 horas em 216 horas disponíveis na totalidade das instalações, o que corresponde a uma percentagem de 73% do total disponível.

O movimento associativo contribui para uma grande parte dessa taxa de ocupação. As associações não são abertas à população em geral, havendo uma grande parte que não possui acesso facilitado, sendo os mais aptos do sexo masculino e os que possuem mais facilidades. Os indivíduos do sexo feminino têm uma acessibilidade muito restringida, enquanto a população pertencente à terceira idade não têm acesso a nenhuma destas actividades propostas pelo associativismo.

As faixas etárias mais jovens são os destinatários dessas actividades, incluindo desde os benjamins até aos escalões seniores, podendo este aspecto

parecer limitador do acesso a grupos como os idosos e a população em idade activa, pode significar a existência de uma política realista de aposta na criação de hábitos de prática nos mais novos, admitindo que as características da envelhecida população rural, marcada por uma vida de esforço físico ligado ao trabalho duro, dificilmente será passível de mobilização para uma prática desportiva “tout court” ainda que adaptada às suas características etárias.

Para a análise do Associativismo Desportivo, não conseguimos recolher dados de todas as associações do concelho, no entanto as principais ou as que possuem prática desportiva regular conseguimos que colaborassem connosco. Assim mediante os resultados que obtivemos concluímos que as associações são apoiadas pela autarquia em instalações, uma pequena percentagem monetária e no caso do Grupo Desportivo de Resende, em transportes.

Relativamente a actividades organizadas em conjunto, não tivemos conhecimento da sua existência, contudo existe sempre parceria com a Câmara Municipal. O Clube que é mais apoiado pela autarquia tem sido o Grupo Desportivo de Resende, pelo facto de ser o mais antigo e devido à prática da modalidade de Futebol, tendo ao seu dispor, na sua totalidade o Campo de Fornelos.

Desta forma, a prática desportiva no movimento associativo dirige-se prioritariamente para as práticas federadas, para o futebol e para o sexo masculino, estando as outras modalidades um pouco de parte. As restantes modalidades não têm sido alvo de investimento, como o Futebol, por parte da autarquia.

Apenas as associações de Ténis de Mesa e Natação possuem escalões femininos, sendo o Clube de Ténis de Mesa federado e o de Natação não federado.

Sendo assim, é da nossa opinião que a autarquia deveria investir igualmente nestas associações para que a prática desportiva comesçasse a alargar-se a nível de toda população e investir em modalidades novas, pois um dos maiores desafios que se coloca às autarquias é a promoção de Desporto e Actividades Físicas para Todos, o munícipe deve ser o centro das atenções e

as autarquias deverão adoptar medidas que visem aumentar o número de pessoas a realizarem exercício físico.

Por último, analisamos detalhadamente o Plano de Actividades Desportivas que a autarquia apresenta, tendo sido restringidas a nível de população envolvida: 6 das actividades são direccionadas para crianças e jovens; 2 destinam-se a todos os escalões e 1 exclusivamente ao escalão sénior.

Assim, concluímos que as crianças e jovens são o alvo de preferência das actividades organizadas pela autarquia, sendo apenas 2 não direccionadas à população residente, destinando-se a desporto federado, envolvendo população não residente.

Das 6 actividades para crianças e jovens, 3 (Sarau Gímnico, Corta Mato Municipal e as Escolinhas de Desporto) são destinadas à comunidade escolar; 4 foram organizadas em parceria com organizações do Sistema Desportivo Nacional e para a prática federada, o que não inclui a população residente, e como é visível tem sido uma aposta da autarquia em trazer actividades novas para o concelho, aproveitando o Rio Douro, atraindo o turismo. Apenas a actividade do “Grande Prémio de Atletismo” se dirige a todas as faixas etárias, podendo toda a população participar, além da comunidade federada.

A presença da Selecção de Cadetes Masculinos de Voleibol, no concelho, é um projecto a curto/médio prazo pelo facto de ter como intuito o estímulo desportivo para os jovens residentes, sendo o Voleibol uma aposta para o futuro, a nível de desporto autárquico.

Na nossa opinião, o Plano de Actividades apresentado aos munícipes é insuficiente. Terá que existir uma maior diversidade na oferta de actividades, bem como na população alvo. Será necessário promover actividades que envolvam toda a população e não direccioná-las, em grande parte, para a prática federada, poderá ser benéfico a nível de turismo, mas não a nível de prática desportiva e recreativa para a população residente, não esquecendo a Terceira Idade, que apesar de ser população mais envelhecida merece a total atenção.

De facto, depois de posta em prática toda a política desportiva descrita e cujos objectivos, na nossa opinião, estão longe de ser alcançados, pensamos que nova etapa se avizinha através da promoção de actividades físicas que estimulem a aproximação do cidadão com o seu meio ambiente.

Seria importante que a autarquia pensasse em toda a população, desde as crianças aos mais idosos, pois a terceira idade é uma população bastante envelhecida, aparentemente e também bastante esquecida. Poderiam ser criados protocolos com a Santa Casa da Misericórdia dando oportunidade aos idosos de passarem por experiências novas, pois certamente, poucos ou nenhuns tiveram oportunidade de o fazer debaixo do seu trabalho árduo; poderiam passar por actividades recreativas e por uma ocupação do tempo livre.

Como no futuro existirão no concelho alguns Centros de Dia, a câmara poderia criar momentos de convívio entre os mesmos através de variados campeonatos incluindo uma diversidade de actividades recreativas e de lazer, até poderia organizar campeonatos de Boccia, seria muito bom para a população envelhecida e não esquecendo as freguesias mais distanciadas e mais serranas, onde nada chega e onde a população vive num mundo à parte.

Afigura-se-nos que, num concelho como Resende, os estímulos de prática para estes grupos etários devem estar ligados à saúde estrito senso falando (potencializando outros equipamentos e ofertas existentes no concelho como as termas de Caldas de Aregos estabelecendo programas de intervenção nomeadamente nas épocas baixas em que as termas têm menos procura em termos comerciais), a exploração da natureza e a promoção de actividades ligadas a raízes culturais como sejam a realização de “merendeiros” (pic nic) etc. Inserir a prática desportiva (em sentido lato) no quotidiano das pessoas, tornando-a um elemento da sua cultura, obriga a contextualizar as propostas e adequando-as à população e à sua cultura.

A exploração da serra e do rio podem ser duas veredas na organização desta prática desportiva alargada, com propostas que façam sentido na vida das pessoas, promovendo actividades destinadas aos mais variados e

diferentes públicos (infância, juventude, população com necessidades educativas especiais e 3ª idade).

A autarquia poderia investir em espaços de Lazer, de ar livre e dinamizar actividades de natureza, aproveitando essas duas veredas, apesar de sabermos que se encontram dependentes de condições climatéricas, mas em alternativa, a autarquia possui as suas instalações desportivas, podendo criar práticas desportivas que vão ao encontro dos interesses da população em geral.

Se pensarmos na totalidade da população é de admitir que a procura relacionada com o lazer e a ocupação dos tempos livres não seja de menor importância do que a procura organizada em forma de desporto federado.

A própria oferta de actividades de lazer não se deve restringir à tradicional oferta do desporto federado e deve ter a capacidade de propiciar actividades inovadoras para atrair novos praticantes.

Acresce que a maior percentagem de tempo de utilização das instalações é para a prática das ditas modalidades tradicionais, sendo o Futebol a modalidade dominante. Não existe uma aposta nas restantes modalidades, mesmo as consideradas tradicionais como o Basquetebol e Andebol. Isto apesar de todos os pavilhões se encontrarem equipados com as marcas do terreno de jogo para a prática de Voleibol, Futebol, Basquetebol, Andebol e Ténis. Só o Voleibol é um desporto em fase de evolução no concelho.

Parece que a autarquia, não tem conseguido afastar-se das modalidades tradicionais e parece não conseguir dar resposta ao Desporto para Todos.

Por último, pensamos que em termos globais a Câmara Municipal de Resende ainda não direccionou a prática desportiva das populações com uma abrangência significativa. Assim, será importante que continue a investir em actividades inovadoras e atraentes para a população.

8 – Bibliografia:

Amorim, R. (2006): *A Oferta de Desporto de Recreação em Instalações Desportivas Municipais: Estudo de caso realizado na freguesia da Póvoa de Varzim*. Dissertação de Licenciatura. Faculdade de Ciências de Desporto e Educação Física da Universidade do Porto.

Aguiar, M. (2001): Estudo comparativo do desenvolvimento desportivo. Comparação entre o Município de Moimenta da Beira, Vouzela e Alijó. *Revista Horizonte*, Vol, XVII, nº 98. Lisboa.

Bento, J. (1991): *Para um desporto referenciado à saúde. Actas das jornadas científicas do desporto, saúde e bem-estar*. FCDEF-UP. Porto.

Bento, J. (1995): *O outro lado do desporto*. Campo das Letras. Porto.

Bento, J. (1998): *Desporto e Humanismo: o campo do possível*. Editora UREJ. Rio de Janeiro.

Bento, J. (2002): *Da Saúde, do Desporto, do Corpo e da Vida*. In V. J. Barbanti; J. O. Bento; A. T. Marques; A. C. Amadio (Eds.), *Esporte e Atividade Física. Interação entre Rendimento e Qualidade de Vida* (pp. 1-10). Tamboré, Brasil: Editora Manole.

Bento, J. & Constantino, J. (2007): *Em defesa do Desporto – Mutações e valores em Conflito*. Edições Almedina, SA.

Calão, P. (2003): *Oferta e Procura Desportiva no Concelho de Viseu*. Tese de Mestrado apresentada à Faculdade de Desporto e Educação Física da Universidade do Porto.

Carta Educativa do Concelho de Resende (2005), disponível em <http://WWW.cm-resende.pt/files/29/2948.pdf>.

Carvalho, M. (2004): *Inovações relativas às autarquias às empresas de desporto e ao desporto espectáculo na proposta de Lei de Bases do Desporto*. Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física da Universidade do Porto.

Constantino, J. (1992): *O desporto português, as soluções adiadas*. Livros Horizonte. Lisboa.

Constantino, J. (1994): *Desporto e Municípios*. Lisboa: Livros Horizonte.

Constantino, J. (1997): *A Sinergia público, associativo e privado como resposta à problemática do desenvolvimento desportivo local*. Comunicações do II Congresso da Associação Portuguesa de Gestão do Desporto. Lisboa.

Constantino, J. (1999): *Os Jogos à margem do jogo. O espectáculo desportivo e alguns dos seus efeitos perversos*. Confederação de Desporto de Portugal. Conferência FCDEF-UP.

Constantino, J. (2002): *Um novo rumo para o desporto. Cultura Física*. Livros horizonte. Lisboa.

Constituição da República Portuguesa (1976) – Artigo nº 79 – Cultura Física e Desporto

Correia, A. (2001): *Gestão de Serviços de Desporto Aventura: Tendências e Implicações Organizacionais*. *Revista Horizonte*, Vol. XIII, nº75. Lisboa.

Crum, B. (1994): *A critical review of competing PE concepts*. In J. Mester (Ed.), *Sport Sciences in Europe 1993: Current and futures perspectives*, 516-531. Aachen: Meyer & Meyer.

Decreto-Lei nº100/84, de 29 de Março – Atribuições das Autarquias Locais e competências dos respectivos órgãos.

Decreto-Lei nº 317/97 de 25 de Novembro – Tipologia das Instalações Desportivas.

Dias, I. (2000): As Autarquias e o desporto do Século XXI. *Revista Horizonte*, Vol. 16, nº 94. Lisboa.

Duarte, J. (1994): *Resende e a sua História. Volume 1: O concelho*. Edição: Câmara Municipal de Resende.

European Sports Charter (1992): European Ministers Of Sport (Resolutions adopted 14-15/05/1992), in *International Journal of Physical Education*, XXIX (4), 37-43 e *International Journal of Physical Education*, XXX (1), 32-35

Fougo, J. (2006): *O Desporto no Contexto Autárquico. Levantamento e análise da situação desportiva do concelho de Gondomar 2005*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física da Universidade do Porto.

Hagg, H. (1986): Relationships of Curriculum and Instruction Theoty as Major Problem of Sport Pedagogy” in *Sport Pedagogy*, M. Pieron & G. Graham (Eds), Uman Kinetics Publishers, 151-162.

Lança, R. (2003): *Animação Desportiva e Tempos Livres*. Editorial Caminho. Lisboa.

Lei Constitucional nº1/2001 de 12-12-2001 – Artigo nº 235 – Autarquias Locais.

Lei nº 159/99, de 14 de Setembro – Transferência de atribuições e competências para as Autarquias locais.

Lei nº 169/99, de 18 de Setembro – competências dos órgãos dos Municípios e das Freguesias.

Marivoet, S. (1998): *Aspectos Sociológicos*. Livros Horizonte. Lisboa.

Marivoet, S. (2001): *Hábitos Desportivos na População Portuguesa*. Instituto Nacional de Formação e Estudos do Desporto. Lisboa.

Marta, C. (2004): *A Inovação nas Autarquias*. In *Congresso Nacional de Gestão do Desporto – Inovar para melhor competir*: Livro de Actas – 6º Congresso Nacional de Gestão do Desporto, 2004. Oeiras.

Matos, Z. (2002): Documentos da disciplina de Pedagogia do Desporto do Mestrado em Desporto de Crianças e Jovens. FADE.UP.

Matos, Z. (2004): *Pedagogia do Desporto: novas questões velhos problemas*. In Lebre, E. & Bento, J. (Ed.) *Professor de Ed. Física – Ofícios da Profissão*. Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física da Universidade do Porto: pp. 251-281.

Melo de Carvalho (1994). *Desporto e Autarquias locais: Uma Nova Via para o Desenvolvimento Desportivo Nacional*. Campo de Letras. Porto.

Moreira, C. (2003): Desporto e Autarquias: Uma relação indissociável. *Revista Desporto*, nº 4: 4-9.

Mota, J. (1997): A actividade física no lazer. Reflexões sobre a sua prática. Livros Horizonte. Lisboa

Nebujsa Randelovic (1997): The Scientific Journal FACTA UNIVERSITATIS. *Series Physical Education*, Vol.1 Nº 4, 61-63.

Neto, C. (1997): *Mudanças sociais, desporto e desenvolvimento humano*. II Congresso de Gestão. Associação Portuguesa de Gestão, Lisboa.

Pereira, E. (2000): Actividades Físicas e Desportivas: que intervenção autárquica? *Revista Horizonte*, Vol. XVI, nº 96. Lisboa.

Pires, G. (1993). Situação Desportiva (parte I). *Revista Horizonte*, vol: XI – nº 61.

Pires, G. (2003). Gestão do Desporto. *APOGESD*, Porto

Pires, P. (2000): A Crise do Movimento Associativo em Portugal. *Revista Horizonte* vol. XVI nº 96. Lisboa.

Sarmiento, P. (2004). Os Desafios de um Sistema Desportivo em Final de Século. *Revista Desporto*.

Teixeira Homem (2000): *Modelos de Organização e Funcionamento dos Serviços de Desporto das Autarquias da Região Centro*. Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física da Universidade do Porto.

Teixeira, M. (2003): *Desenvolvimento desportivo*. Conferência proferida do fórum Lagos 2020. Plano Estratégico de Lados. Lagos.

Vasconcelos, J. (2006): *A Prática Desportiva na Região do Vale do Sousa. Estudo sobre a oferta desportiva das Autarquias de Castelo de Paiva, Felgueiras, Lousada, Paços de Ferreira, Paredes e Penafiel*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física da Universidade do Porto.

9. Anexos

ANEXO 1 - Ficha de Caracterização das Infra – Estruturas Desportivas

1 – Identificação da Infra – estrutura

Designação.....	Freguesia:.....
Morada:.....	C.Postal:...../.....
Telefone:.....	Fax:.....E-mail:.....
Propriedade:.....	Gestão:.....
Ano de conclusão:.....	Custo total:.....Euros

2 – Identificação do Responsável Operacional/Gestor

Nome:.....	Cargo:.....
Habilitações:.....	Contacto Urgente:.....

3 – Caracterização Geral

Área total de implantação:.....m². Área Desportiva:.....

Recinto Desportivo	☐	Instalação Desportiva	☐	Complexo Desportivo	☐
Complexo Integrado	☐	Recreativa	☐	Formativa	☐
Especializada	☐	Monodisciplinar	☐	Coberta	☐
Descoberta	☐	Mista	☐	Esp.EspectáculoDesp	☐
Grande Campo	☐	Pista de Atletismo	☐	Pavilhão	☐
Pequeno Campo	☐	Campo de Ténis	☐	Sala de Desporto	☐
Piscina	☐	Outros	☐		

Recepção	<table border="1"><tr><td>S</td><td>N</td></tr><tr><td>☐</td><td>☐</td></tr></table>	S	N	☐	☐	Sala Imprensa	<table border="1"><tr><td>S</td><td>N</td></tr><tr><td>☐</td><td>☐</td></tr></table>	S	N	☐	☐	P. Médico	<table border="1"><tr><td>S</td><td>N</td></tr><tr><td>☐</td><td>☐</td></tr></table>	S	N	☐	☐	Restaurante	<table border="1"><tr><td>S</td><td>N</td></tr><tr><td>☐</td><td>☐</td></tr></table>	S	N	☐	☐
S	N																						
☐	☐																						
S	N																						
☐	☐																						
S	N																						
☐	☐																						
S	N																						
☐	☐																						
Secretaria	<table border="1"><tr><td>☐</td><td>☐</td></tr></table>	☐	☐	Loja Desporto	<table border="1"><tr><td>☐</td><td>☐</td></tr></table>	☐	☐	Bar	<table border="1"><tr><td>☐</td><td>☐</td></tr></table>	☐	☐	Arrecadação	<table border="1"><tr><td>☐</td><td>☐</td></tr></table>	☐	☐								
☐	☐																						
☐	☐																						
☐	☐																						
☐	☐																						

Nº de lugares de estacionamento:.....Acesso:.....

Extintores	Sim	Não	Portas de Emergência	Sim	Não	1ºs Socorros	Sim	Não
------------	-----	-----	----------------------	-----	-----	--------------	-----	-----

O Desporto no Concelho de Resende

4 – Recursos Humanos

Função	Regime		Modalidade	Sexo		Habilitações		Idade	Obs.
	Parcial	T/Inteiro		M	F	Académicas	Técnicas a)		
							Nível:		
							Nível:		
							Nível:		
							Nível:		
							Nível:		
							Nível:		

5 – Recinto Desportivo

Tipo	Designação
------	------------

Área Desportiva	Estado de conservação Geral				
	Muito mau	Mau	Médio	Bom	Muito Bom

Luz Artificial		Cobertura		Sistema Sonoro		Placar		Acesso Deficientes		Climatização			Tipo de piso	
S	N	S	N	S	N	S	N	S	N	Aquec	Refr	Vent	E. Conservação	
													Bom	Mau

Modalidades	Marcações Estado		Dimensões			Piscinas				Homologação Oficial		Material Necessário			
						Profundidade		Água quente				Fixo		Móvel	
	Bom	Mau	Comp	Larg	Alt	Min	Máx	S	N	S	N	S	N	S	N

6 – Balneários

	Lotação Aprox.	Nº Chuveiros	Metros Banco	Metros Estrados	Nº Cabides	Climatização		Deficientes		Utilizadores		Guarda-roupa	
						S	N	Acesso	WC	Equipa	Partilha	S	N
1													
2													
3													
4													
5													
6													
7													
8													

7 – Área de Público

Cobertura		Camarotes		Nº de cadeiras individuais	Nº total de lugares sentados	Nº total de lugares de pé	Acesso Deficientes		Bilheteiras		WC	
S	N	Nº	Total Pessoas				S	N	S	N	Público	Def.

CERTIFICAÇÃO/FISCALIZAÇÃO	
Entidade	Data
Observações:	

8 – Horário de Ocupação

Horário	2ª Feira			3ª Feira			4ª Feira			5ª Feira			6ª Feira			Sábado		
	Modalidade	Escalão/ Nº Utentes	Entidade	Modalidade	Escalão/ Nº Utentes	Entidade	Modalidade	Escalão/ Nº Utentes	Entidade	Modalidade	Escalão/ Nº Utentes	Entidade	Modalidade	Escalão/ Nº Utentes	Entidade	Modalidade	Escalão/ Nº Utentes	Entidade

ANEXO 2 - Ficha de Caracterização das Organizações Desportivas**1 – Identificação da Organização**

Designação.....	Freguesia:.....
Morada:.....	C.Postal:...../.....
Telefone:.....	Fax:.....E-mail:.....
Regime Jurídico	NIF:.....
Data de Fundação:...../...../.....	Estatuto Utilidade Pública: Sim/Não

- Identificação do Representante

Nome:.....	Cargo:.....
Habilitações:.....	Contacto Urgente:.....

2 – Filiações

Tipo	Designação

3 – Número de Associados

Individuais por Escalões Etários															Colectivos
0 - 14			15 - 24			25 - 64			+ de 64			Total			
H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	

4 – Coordenação Técnico / Desportiva

Cargo	Nome	Sexo	Idade	Habilitações	Contactos

5 – Actividades / Modalidades – Quadro Geral

Actividade/Modalidade	Competição				
	N/Existe	Interna	Local	Regional	Nacional

1 – Instalações**SEDE**

Própria	Alugada	Cedida	Não tem

Área total de Implantação:.....M²

Auditório	Sim	Não	S/Direcção	Sim	Não	S/Convívio	Sim	Não	Restaurante	Sim	Não
Secretaria	Sim	Não	S/Reuniões	Sim	Não	Arrecadação	Sim	Não	Bar	Sim	Não

Outras:

INSTALAÇÕES DESPORTIVAS (que utiliza)

Tipo	Designação	Cedida	Própria	Alugada

2 – Recursos Humanos

Função	Regime		Modalidade	Habilitações		Idade	Sexo	
	Parcial	T/Inteiro		Académicas	Técnicas a)		M	F
					Nível:			
					Nível:			
					Nível:			
					Nível:			
					Nível:			
					Nível:			

a) Reconhecida pela Federação

3 – Viaturas Próprias

Marca	Modelo	Lotação	Ano

Obs:

4 – Serviços Desportivos

Nº	Modalidade /Actividade	Orientação Técnica		Regime				Destinatário		Competição				Nº Grupos	Nº de Praticantes								
		Sim	Não	Sistemático		Periódico	Ocasional	Sexo	Idade/ Escalão	Interna	Local	Regional	Nacional		Federados			N/ Federados			Total		
				Nº de sessões por semana	Tempo cada sessão	Época Duração Dias/Horas	Duração Dias/ Horas								M	F	T	M	F	T	M	F	T